



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS NATURAIS



Josiely de Oliveira

**Estudo da representatividade feminina nos cursos presenciais de formação de
professores das ciências naturais: o caso da UFS**

Itabaiana – SE

2025

Josiely de Oliveira

**Estudo da representatividade feminina nos cursos presenciais de formação de
professores das ciências naturais: o caso da UFS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Naturais da Universidade Federal de Sergipe, como requisito necessário para a obtenção do título de Mestre em Ciências Naturais.

Orientador: Prof. Dr. Renato Santos Araujo

Itabaiana – SE

2025

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA PROFESSOR ALBERTO CARVALHO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

O48e Oliveira, Josiely de.

Estudo da representatividade feminina nos cursos presenciais de formação de professores das ciências naturais: o caso da UFS / Josiely de Oliveira; orientação: Renato Santos Araújo. – Itabaiana, 2025.
67 f.; il.

Dissertação (Mestrado em Ciências Naturais) – Universidade Federal de Sergipe, 2025.

1. Identidade de gênero. 2. Igualdade de gênero. 3. Ciências da natureza. 4. Educação e Estado. 5. Ensino superior. I. Araújo, Renato Santos. (orient.). II. Título.

CDU 37.091.8-055:378 (813.7)

FOLHA DE APROVAÇÃO

Estudo da representatividade feminina nos cursos presenciais de formação de professores das ciências naturais: o caso da UFS

Josiely de Oliveira

APROVADA pela banca examinadora composta por:

Prof. Dr. Renato Santos Araujo

Programa de Pós-Graduação em Ciências Naturais

Universidade Federal de Sergipe

Profa. Dra. Deise Miranda Vianna

Instituto de Física UFRJ e programa de ensino de Biociências e Saúde Instituto Oswaldo Cruz

Profa. Dra. Daniela Santos Machado

Universidade Estadual Paulista (Unesp)

Itabaiana – SE

2025

EPÍGRAFE

“A igualdade é um princípio absoluto e uma prática historicamente contingente. Não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração”

(Joan W. Scott)

RESUMO

O presente estudo analisa a representatividade feminina nos cursos presenciais de licenciatura em Ciências Naturais (Ciências Biológicas, Física e Química) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), no contexto da interiorização do ensino superior e das transformações históricas e sociais na educação brasileira. A pesquisa, alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 (Educação de Qualidade) e 5 (Igualdade de Gênero), utilizou dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e registros institucionais da UFS de 2006 a 2022. Foram examinados os padrões de ingresso, matrícula, evasão e conclusão nos campi de Itabaiana e São Cristóvão, com foco nos desafios enfrentados pelas mulheres na formação docente. Os resultados indicam avanços na representatividade feminina, especialmente no campus de Itabaiana, onde a interiorização contribuiu para maior inclusão, mas também revelam desafios persistentes, como a necessidade de políticas de assistência estudantil mais robustas e a superação de estereótipos de gênero. A pesquisa conclui que, embora a UFS tenha promovido maior equidade, a plena igualdade entre os sexos na educação superior requer políticas integradas de inclusão, permanência e combate às desigualdades estruturais. O estudo reforça a importância do alinhamento das políticas públicas aos ODS para garantir uma educação de qualidade e equitativa, essencial para o desenvolvimento sustentável e a justiça social.

Palavras-chave: Representatividade feminina. Licenciatura em Ciências Naturais. Interiorização do ensino superior. Igualdade de gênero. Políticas educacionais.

ABSTRACT

This study examines female representation in on-campus undergraduate teaching programs in Natural Sciences (Biological Sciences, Physics, and Chemistry) at the Federal University of Sergipe (UFS), within the context of the expansion of higher education into the interior of Brazil and the historical and social transformations in Brazilian education. Aligned with the Sustainable Development Goals (SDGs) 4 (Quality Education) and 5 (Gender Equality), the research used census data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and institutional records from UFS from 2006 to 2022. Patterns of enrollment, retention, dropout, and completion were analyzed across the Itabaiana and São Cristóvão campuses, focusing on the challenges faced by women in teacher training. The results indicate progress in female representation, particularly at the Itabaiana campus, where the expansion into the interior contributed to greater inclusion. However, persistent challenges remain, such as the need for stronger student assistance policies and the overcoming of gender stereotypes. The study concludes that, although UFS has promoted greater equity, achieving full gender equality in higher education requires integrated policies for inclusion, retention, and addressing structural inequalities. The research underscores the importance of aligning public policies with the SDGs to ensure quality and equitable education, essential for sustainable development and social justice.

Keywords: Female representation. Natural Sciences teaching programs. Expansion of higher education. Gender equality. Educational policies.

Dedico este trabalho aos meus pais, Izoete e Josival, pelo amor, apoio e pelos valores que sempre me transmitiram.

Dedico também à jovem menininha que veio do interior, cresceu, se tornou a mulher que sou hoje e nunca desistiu dos seus sonhos, cercada por pessoas maravilhosas que sempre a inspiraram.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, minha gratidão a Deus, pela força, sabedoria e por me permitir chegar até aqui. Nos momentos mais desafiadores, foi na fé e na esperança que encontrei forças para seguir em frente.

Aos meus pais, Izoete e Josival, ao meu irmão, Jorge, e ao meu sobrinho, Pietro, minha eterna gratidão. O amor, o apoio e os ensinamentos que recebi de vocês foram a base sobre a qual construí essa trajetória. Sem vocês, nada disso teria sido possível. Obrigada por serem meu porto seguro e minha inspiração diária.

Ao meu companheiro, Igor, obrigada pelo amor, pela paciência e pela compreensão em cada etapa desta jornada. Sua presença e apoio incondicional foram fundamentais para que eu me mantivesse firme, mesmo nos momentos mais difíceis. Obrigada por acreditar em mim quando eu mesma duvidei.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Renato, minha sincera gratidão por ter acreditado no meu potencial desde a graduação e por ter me incentivado a trilhar este caminho. Sua orientação atenciosa, sua dedicação e sua confiança foram essenciais para que este trabalho se tornasse realidade. Aprendi muito sob sua mentoria, e levarei esses ensinamentos para toda a vida.

Aos meus amigos de mestrado, Adson, Vinicius, Edilane e, especialmente, Joyce, obrigada por tornarem essa caminhada mais leve e significativa. As risadas compartilhadas e o apoio mútuo fizeram toda a diferença nos dias mais intensos.

Às professoras e professores que compuseram a banca examinadora – Profa. Dra. Deise Miranda Vianna, Profa. Dra. Daniela Santos Machado, Prof. Dr. Camilo Bruno de Jesus e Profa. Dra. Cristianne Santana Santos –, agradeço imensamente pela atenção e pelas valiosas contribuições para o aprimoramento deste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Naturais (PPGCN) da UFS, minha gratidão por proporcionar um ambiente de aprendizado e crescimento acadêmico. Aos professores e funcionários da universidade, que, com sua dedicação, tornaram este mestrado possível, meu muito obrigado.

À CAPES, pelo suporte financeiro que viabilizou esta pesquisa, sou grata pela confiança depositada em mim e no meu trabalho.

A Israel, Alex, Davi e Luciano, obrigada pela amizade e por estarem sempre dispostos a me ajudar. Vocês tornaram essa jornada mais leve e especial.

A Daiane, uma mulher incrível que tive a honra de conhecer e de quem me tornei amiga, meu carinho e admiração. Sua dedicação, seu brilho nos olhos e a inspiração que transmite foram um grande incentivo para que eu continuasse acreditando nos meus sonhos.

E, por fim, a todos aqueles cujos nomes não foram mencionados, mas que foram essenciais nesta caminhada, minha eterna gratidão. Nos momentos felizes e nos mais difíceis, nas incertezas e nas conquistas, sempre houve alguém ao meu lado de todas as formas possíveis. O último ano trouxe desafios que testaram minha resiliência de maneiras que jamais imaginei, mas em nenhum momento caminhei sozinha. Houve força quando eu faltei, abrigo quando precisei e um apoio inabalável que fez toda a diferença.

A quem estive comigo em cada passo, em cada dúvida e em cada vitória, oferecendo presença, silêncio ou a palavra certa no momento exato, meu agradecimento mais sincero. Àquele que, mesmo sem alarde, soube transformar pequenos gestos em grandes pilares de apoio, carinho, atenção e cuidado, dedico minha gratidão. Às vezes, foram palavras; outras, apenas um olhar ou um silêncio que dizia tudo. Esses detalhes, que poderiam passar despercebidos, foram como luzes nos dias mais escuros.

Esta conquista carrega um pouco de cada um desses momentos, e por isso, sempre serei grata. A todos que fizeram parte desta jornada, de perto ou de longe, meu profundo reconhecimento e gratidão.

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	13
2	INTRODUÇÃO	14
3	OBJETIVOS.....	18
4	REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
4.1	A HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR.....	19
4.2	O ENSINO SUPERIOR EM NÚMEROS.....	25
4.3	A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL	31
4.4	REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA EDUCAÇÃO	34
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	39
6	ANÁLISE DE DADOS	42
6.1	DADOS POPULACIONAIS DO BRASIL E DE SERGIPE.....	42
6.2	O CASO DA UFS	44
6.2.1	Ingressos	44
6.2.2	Matrículas	46
6.2.3	Evadidos	49
6.2.4	Formados.....	52
7	CONCLUSÃO	56
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60
	APÊNDICE A – TOTAL INGRESSOS	66
	APÊNDICE B – TOTAL MATRÍCULAS	67
	APÊNDICE C – TOTAL EVADIDOS	68
	APÊNDICE C – TOTAL FORMADOS	69

1 APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem como objetivo principal analisar a representatividade feminina nos cursos de licenciatura em Ciências Naturais da Universidade Federal de Sergipe (UFS), com um foco especial na interiorização do ensino superior no Brasil. O estudo está estruturado para fornecer uma visão abrangente sobre os dados de igualdade entre os sexos no contexto do ensino superior tendo os cursos de licenciatura como recorte.

A Introdução estabelece o cenário geral da pesquisa, destacando a importância da formação docente e das transformações nas políticas educacionais ao longo dos anos. É apresentada uma análise do impacto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na educação, com ênfase na promoção da igualdade entre os sexos e nas mudanças necessárias para alcançar uma educação mais equitativa.

Os Objetivos da dissertação são definidos como sendo investigação da representatividade feminina nos cursos de licenciatura em Ciências Naturais na UFS. E também são estabelecidos objetivos específicos que exploram a influência da proporção entre os sexos nas cidades do Estado de Sergipe, identificam desigualdades na representação e propõem recomendações para mitigar essas desigualdades.

O Referencial Teórico explora conceitos-chave relacionados à formação de professores, à interiorização da UFS e à igualdade entre os sexos, fornecendo a fundamentação necessária para a análise crítica dos dados.

O Procedimento Metodológico, por sua vez, detalha os métodos e técnicas utilizados na pesquisa, explicando a abordagem adotada para a coleta e análise dos dados.

Na Discussão dos Dados são apresentados e analisados os resultados da pesquisa com base nas informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos anuários estatísticos da UFS e do UFS em números.

Por fim, a Conclusão sintetiza os principais achados da pesquisa, discutindo suas implicações para as políticas educacionais e propondo recomendações para promover a igualdade entre os sexos na UFS.

2 INTRODUÇÃO

No Brasil, o final do século XX foi marcado por mudanças políticas e econômicas que alteraram vários setores da sociedade. No âmbito da educação,

a formação para a docência é aspecto da maior relevância social. A entrada de vários setores sociais na discussão dessa formação é sintoma que a questão tem características de um problema social e não de um tema somente para especialistas. Observe-se que é formação que está em pauta em muitos países, havendo discussões internacionais robustas sobre essa formação e seus desafios hodiernamente (GATTI, 2022, p.2).

De acordo com Saviani (2019), a formação docente passou por diversas transformações ao longo do último século, porém sem uma linha de continuidade bem definida. A questão pedagógica, que inicialmente era ignorada, foi gradualmente ganhando relevância nas reformas educacionais. Contudo, não houve uma mudança relevante. No período, observa-se que as políticas públicas implementadas não conseguiram de fato superar os problemas identificados ainda no início do século XX no país. De acordo com Jesus e Araújo (2021), a carência de professores no Brasil surgiu com a ampliação da educação básica. E quanto maior necessidade social, maior a carência se tornava, e apesar dos esforços federais realizados, “a educação continuou abandonada à sua própria sorte, apesar das numerosas políticas implementadas para a melhoria quantitativa e qualitativa da formação de professores” (Jesus; Araújo, 2021, p.154).

No contexto da igualdade entre os sexos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, promulgada em 1948, estabeleceu padrões internacionais para a proteção dos direitos humanos e serviu como marco para iniciativas globais posteriores. Entre elas, destaca-se a Agenda 2030, lançada em 2015, que busca enfrentar desafios educacionais, ambientais e sociais por meio dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (ONU, 2015).

Os ODS têm como foco enfrentar os maiores desafios globais, como a erradicação da pobreza, promoção da saúde, educação de qualidade, igualdade de gênero e sustentabilidade ambiental, sendo essenciais para o avanço de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Figura 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.



Fonte: Organização das Nações Unidas, 2024.

Instituídos pela ONU em 2015, esses objetivos refletem um compromisso universal com a prosperidade, paz e sustentabilidade até 2030. Eles mobilizam nações e indivíduos para agir em conjunto por um futuro mais equilibrado e equitativo (ONU, 2015). Os ODS englobam os seguintes objetivos:

1. Erradicação da Pobreza: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
2. Fome Zero e Agricultura Sustentável: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição, promovendo a agricultura sustentável.
3. Saúde e Bem-Estar: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
4. Educação de Qualidade: Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
5. Igualdade de Gênero: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6. Água Potável e Saneamento: Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos
7. Energia Acessível e Limpa: Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.
8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos

9. Indústria, Inovação e Infraestrutura: Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.
10. Redução das Desigualdades: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
11. Cidades e Comunidades Sustentáveis: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12. Consumo e Produção Sustentáveis: Assegurar padrões de consumo e produção sustentáveis.
13. Ação Contra a Mudança Global do Clima: Tomar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e seus impactos.
14. Vida na Água: Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
15. Vida Terrestre: Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, garantir o acesso à justiça e construir instituições eficazes.
17. Parcerias em Prol do Desenvolvimento Sustentável: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

A interação entre os ODS e a educação é essencial para uma sociedade mais sustentável, justa e inclusiva. A educação desempenha papéis fundamentais, como a conscientização, capacitação e empoderamento dos indivíduos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, a educação atua na conscientização e capacitação das pessoas, fornecendo conhecimento sobre os desafios globais e locais, preparando os indivíduos para participar ativamente na busca por soluções. Assim, uma educação de qualidade é essencial para desenvolver habilidades cognitivas, sociais e emocionais necessárias para enfrentar os esses desafios de forma eficaz. Além disso, a educação proporciona acesso igualitário às oportunidades profissionais e sociais para homens, mulheres, crianças e adolescentes, contribuindo diretamente para alcançar a igualdade de sexo e fortalecer uma sociedade mais justa e equitativa.

A educação ambiental também desempenha um papel crucial ao desenvolver uma consciência ambiental mais profunda. Compreender as questões relacionadas à sustentabilidade capacita as pessoas para contribuir ativamente para a preservação do meio ambiente. Dessa forma, garantir o acesso de todos a uma educação de qualidade, independentemente de sua

condição, é fundamental para reduzir desigualdades. Essa abordagem inclusiva não apenas fortalece o tecido social, mas também garante que ninguém seja deixado para trás. Além de formar indivíduos capacitados, a educação também fortalece instituições ao promover valores cívicos, éticos e sociais. Isso desempenha um papel crucial na promoção da paz, justiça e instituições eficazes e robustas, fundamentais para sustentar mudanças positivas na sociedade. Portanto, a relação entre os ODS e a educação é fundamental para construir sociedades igualitárias. Uma população educada está mais preparada para se envolver em processos democráticos, tomar decisões informadas e colaborar na formulação de políticas públicas, contribuindo para um futuro mais sustentável, equitativo e próspero.

Neste contexto, a formação de professores desempenha um papel fundamental na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e na garantia de uma educação de qualidade. A implementação de políticas públicas coerentes e práticas educacionais eficazes é essencial para enfrentar os desafios educacionais e promover uma sociedade mais justa e inclusiva. Investir na capacitação docente e no desenvolvimento de currículos que integrem os princípios dos ODS é crucial para a construção de um mundo mais sustentável e equitativo.

Este estudo enfatiza, em especial, o 5º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – Igualdade de Gênero, que visa fortalecer políticas e legislações voltadas ao empoderamento de todas as mulheres e meninas em todas as esferas da sociedade (IPEA, 2019). O objetivo é analisar o impacto da interiorização dos cursos presenciais de licenciatura em Ciências Naturais na representatividade feminina entre os alunos da Universidade Federal de Sergipe (UFS), com foco nos dois campi que oferecem esses cursos: o Campus São Cristóvão, sede da UFS, localizado a 5 km de Aracaju, e o Campus Universitário Professor Alberto Carvalho, em Itabaiana, a 57 km da capital.

Essa análise é crucial, pois o crescimento e o fortalecimento do ensino devem ser acompanhados pela promoção de igualdade de oportunidades na educação. As questões de estudo que guiarão essa investigação são:

A transformação social ao longo do século passado contribuiu para a redução da desigualdade entre os sexos no ensino superior?

A interiorização do ensino superior influenciou a representatividade feminina nos cursos presenciais de ciências naturais?

A representatividade feminina nos cursos de graduação está correlacionada com a distribuição de mulheres nas cidades atendidas pela UFS?

3 OBJETIVOS

O objetivo geral deste projeto é analisar a representatividade feminina nos cursos presenciais de licenciatura em Ciências Naturais, tendo como estudo de caso a Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Os objetivos específicos são os seguintes:

- Identificar a proporção entre os sexos nos municípios do Estado de Sergipe, investigando possíveis influências na representatividade feminina entre os estudantes dos cursos de licenciatura em Ciências Naturais na UFS.
- Calcular a representação feminina nos cursos presenciais de graduação da UFS, com ênfase nos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, Física e Química.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 A HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR

No período colonial, os latifúndios voltados à produção de açúcar, tabaco e minerais preciosos desempenharam um papel crucial na economia. Paralelamente, instituições como a Companhia de Jesus tiveram uma função central na educação dos segmentos privilegiados da sociedade, preparando padres e burocratas para atender às demandas do aparato colonial (Araújo; Vianna, 2010). Mas foi com a chegada da Família Real Portuguesa em 1808 que se iniciou um novo capítulo na educação brasileira. Instituições como a Escola de Medicina no Rio de Janeiro e a Academia Real Militar foram criadas para suprir as demandas técnicas e profissionais da administração colonial. Essas iniciativas marcaram o início do ensino superior no país, que ainda se concentrava em áreas específicas e permanecia culturalmente dependente de Portugal, atendendo exclusivamente aos interesses de um seleto grupo da elite local (Sampaio, 1991).

Após a independência, em 1822, o Brasil experimentou um crescimento gradual no número de instituições educacionais. O surgimento dos primeiros cursos de Direito em São Paulo e Olinda evidenciou o esforço para formar uma elite intelectual apta a apoiar o novo Estado brasileiro. Nesse período inicial, o ensino superior continuava restrito, focado em poucas profissões liberais e concentrado em centros urbanos (Sampaio, 1991).

Sampaio (1991) destacou que, sob o governo de Dom Pedro II, houve o desenvolvimento e a consolidação dos centros científicos no Brasil. Apesar do crescimento das instituições de ensino superior, o acesso permaneceu limitado às elites educadas, perpetuando desigualdades sociais e regionais. Após a Proclamação da República, em 1889, a descentralização do ensino superior trouxe mudanças significativas. Conforme apontado por Araújo e Vianna (2010) e Sampaio (1991), a nova Constituição concedeu maior autonomia aos Estados para criar universidades e instituições privadas, promovendo a diversificação e expansão do ensino superior em todo o país.

Esses eventos não apenas moldaram a estrutura do ensino superior no Brasil, mas impactaram profundamente a trajetória educacional e cultural do país, deixando um legado complexo que ainda é objeto de estudo e debate nos dias de hoje. A história do ensino superior no Brasil entre 1889 e 1930 foi marcada por significativas transformações e expansões. A Proclamação da República levou à descentralização educacional e conferiu maior autonomia aos Estados para criar universidades e instituições privadas, promovendo a diversificação e a expansão do setor (Araújo; Vianna, 2010; Sampaio, 1991).

Nesse período, foram fundadas 56 novas instituições de ensino superior, majoritariamente privadas, refletindo as transformações econômicas e sociais da época. Além disso, houve a consolidação de centros científicos e técnicos, buscando estabelecer uma base educacional mais sólida e voltada para as demandas técnicas do país (Sampaio, 1991).

Na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, diversas abordagens educacionais ganharam destaque, influenciadas por correntes liberais lideradas por Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. Uma dessas correntes priorizava a formação de uma classe média dirigente e promovia a articulação entre o ensino superior e o secundário, com foco na capacitação de professores. Outra corrente, fundamentada na pedagogia igualitarista de John Dewey, defendia a implementação de uma escola única para todos os indivíduos de 4 a 14 anos, refletindo o compromisso com a democratização do acesso à educação no Brasil (Araújo; Vianna, 2010).

No ensino superior, nesse período, a tensão entre elitismo e igualitarismo tornou-se evidente, acompanhada de uma crescente preocupação com a formação de uma elite aberta e dinâmica, sem perder de vista a defesa da gratuidade do ensino público. Nesse contexto, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova destacou a importância da educação gratuita e propôs a unificação da formação de professores em todos os níveis do ensino superior, integrando faculdades e escolas normais às universidades (Araújo; Vianna, 2010).

Além disso, um terceiro grupo, alinhado ao poder federal, adotou uma concepção autoritária do papel do Estado na educação, como evidenciado pela Reforma Francisco Campos. Essa reforma resultou na criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, na introdução do ensino religioso facultativo nas escolas públicas e na instituição do Conselho Nacional de Educação (Araújo; Vianna, 2010).

Os Estatutos das Universidades Brasileiras, promulgados pelos decretos de 1931, regulamentaram aspectos como a composição do corpo docente e a organização da estrutura universitária, tradicionalmente centrada nas faculdades de Direito, Engenharia e Medicina. Esses estatutos também possibilitaram que a Faculdade Nacional de Filosofia, sucessora da Faculdade de Letras, Educação e Ciências, substituísse uma dessas três faculdades, ao mesmo tempo em que ampliaram suas atribuições para incluir a formação de intelectuais, pesquisadores e professores para o magistério no ensino secundário (Araújo; Vianna, 2010).

Em 1968, durante o regime militar no Brasil, foi promulgada a Reforma Universitária, liderada pelo Ministro da Educação Tarso Dutra. Essa reforma foi guiada por ideias inovadoras, inspiradas no modelo proposto por Darcy Ribeiro para a Universidade de Brasília, com o objetivo de reestruturar as instituições acadêmicas. Entre as principais mudanças estavam a

unificação dos processos seletivos, a segmentação dos cursos em ciclos básicos e profissionais e a implementação do sistema de créditos (Sampaio, 1991). Nesse contexto, o Decreto nº 252/67 desempenhou um papel fundamental ao expandir as disposições do Decreto nº 53/66, introduzindo o sistema departamental nas universidades federais e fomentando uma maior especialização e fragmentação das disciplinas (Araújo; Vianna, 2010).

Esse período também foi marcado por um rápido processo de urbanização e industrialização no Brasil, impulsionando a demanda por educação. Mesmo com a redução dos investimentos na área, o número de matrículas no ensino fundamental e médio aumentou significativamente, intensificando as pressões sobre o ensino superior (Araújo; Vianna, 2010).

Assim, nas décadas de 1960 e 1970 o ensino superior no Brasil experimentou um notável crescimento. Contudo, o setor público não conseguiu atender plenamente à crescente demanda, o que resultou no fortalecimento da iniciativa privada (Sampaio, 1991). O que pode ser observado pelos números, pois “em 1980, o setor privado já era numericamente predominante, respondendo por cerca de 63% das matrículas e por cerca de 77% dos estabelecimentos de ensino superior” (Sampaio, 2011, p. 30).

Na década de 1980, conhecida como a “década perdida”, o Brasil viveu uma transição gradual para a democracia após quase duas décadas de regime militar. Nesse período, a economia enfrentava estagnação, com altas taxas de desemprego e inflação crescente. Na área da educação, persistiam elevados índices de analfabetismo, limitações na cobertura do ensino fundamental e altas taxas de repetência e evasão escolar, fatores que impactavam negativamente o ensino médio, principal via de acesso ao ensino superior (Sampaio, 2011).

Assim, com a redemocratização houve um aumento das regulamentações voltadas ao ensino superior no Brasil. Essas medidas buscaram reorganizar e fortalecer o sistema educacional frente os desafios persistentes, incluindo a necessidade de adaptação às novas demandas sociais e econômicas (Araújo; Vianna, 2010). Esse foi um período turbulento para o país e os acontecimentos dessa época continuam a reverberar nos corredores da academia até os dias de hoje.

A Constituição de 1988 representou um marco na garantia dos direitos fundamentais no Brasil, estabelecendo o direito à educação para todos os cidadãos no Art. 205 (Brasil, 1988). Esse avanço constitucional gerou a necessidade de criar e implementar políticas públicas voltadas à redução da exclusão social e à promoção da igualdade de oportunidades educacionais. Dessa forma, a educação passou a ser reconhecida não apenas como um direito, mas também como um instrumento para o desenvolvimento social e econômico do país (Brasil, 1988).

A partir das décadas de 1980 e 1990, o Brasil vivenciou uma expansão significativa no acesso ao ensino superior, com o aumento do número de matrículas e a criação de novas universidades em regiões com menor oferta educacional (INEP, 2000). Para fortalecer esse movimento, o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001 estabeleceu metas específicas para aumentar as matrículas e interiorizar o ensino superior federal. Aprovado pela Lei n.º 10.172, de 9 de janeiro de 2001, o PNE visava fortalecer o papel das cidades menores e das regiões urbanas no desenvolvimento nacional, ampliando o acesso à educação superior e promovendo o desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Com a implementação de programas como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), em 1999, e o Programa Universidade para Todos (ProUni), em 2004, o governo expandiu significativamente o acesso ao ensino superior, proporcionando oportunidades para estudantes de baixa renda ingressarem em instituições de ensino superior privadas. O FIES, regulamentado pela Lei n.º 10.260, de 12 de julho de 2001, facilitou o financiamento estudantil, permitindo que os alunos pudessem arcar com os custos da educação superior privada. Já o ProUni, sancionado pela Lei n.º 11.096, de 13 de janeiro de 2005, ofereceu bolsas de estudo em instituições privadas para estudantes de baixa renda. Essas iniciativas foram fundamentais para ampliar o acesso ao ensino superior e possibilitar a inclusão de segmentos historicamente marginalizados, segundo o INEP (2010).

Paralelamente à democratização do ensino superior, o governo também direcionou sua atenção para a educação técnica e tecnológica, com o objetivo de suprir a carência de qualificação profissional no país. Até o ano de 2002, o Brasil contava com apenas 140 escolas técnicas, o que limitava o acesso à educação profissional em diversas regiões. Então, em 2005, iniciou-se um processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional. Durante esse período, novos *campi* foram estabelecidos em diversas localidades, ampliando o acesso à educação técnica e tecnológica, buscando atender à crescente demanda por qualificação profissional (Brasil, 2024).

Esse movimento ganhou um impulso significativo em 2008, com a sanção da Lei n.º 11.892, que criou os Institutos Federais. Em 29 de dezembro desse ano, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva formalizou a criação de 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, reafirmando o compromisso do governo em levar educação de qualidade a regiões que anteriormente não tinham esse acesso, fortalecendo a formação profissional em todo o Brasil (Brasil, 2024).

A expansão da Rede Federal continuou entre 2011 e 2016, resultando na criação de 208 novos *campi* e na incorporação de 92 unidades adicionais. Dentre as três fases do Plano de Expansão, foram inaugurados 422 novos *campi*, ampliando significativamente a presença da Rede Federal em áreas com menor acesso à educação técnica e tecnológica (Brasil, 2024)

Atualmente, a Rede Federal é composta por 682 unidades em todo o Brasil, abrangendo Institutos Federais, Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades e o Colégio Pedro II. Esse crescimento foi fundamental para democratizar o acesso à educação profissional de qualidade, proporcionando mais oportunidades educacionais em diversas regiões do país (Brasil, 2024).

A expansão das universidades e a interiorização do ensino superior impulsionam o desenvolvimento regional, promovendo a inovação, a pesquisa e a qualificação profissional em diversas partes do Brasil (Brasil, 2003). A interiorização do ensino superior no Brasil, especialmente das universidades federais, foi um processo voltado para reduzir as desigualdades regionais e democratizar o acesso à educação superior. Essa política ganhou força com o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), implementado em 2007, e com a criação de novos *campi* em áreas do interior, incluindo populações anteriormente marginalizadas no contexto educacional.

O REUNI foi uma das principais iniciativas do governo federal para promover essa expansão. Ela não apenas ampliou o acesso de estudantes aos cursos de graduação, mas também impulsionou o desenvolvimento econômico e social das regiões atendidas, gerando empregos, promovendo a qualificação profissional e fortalecendo as economias locais.

A criação de novos *campi* nas universidades federais, como analisado por Bizerril (2020) e Brito (2014), também favoreceu a realização de ações de extensão mais alinhadas às necessidades específicas das comunidades locais, contribuindo para a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional. Contudo, Brito (2014) ressalta que a interiorização enfrenta limites, como a falta de uma estrutura universitária completa em algumas regiões e a utilização do ensino superior como ferramenta para atender a interesses políticos e econômicos dominantes.

Essa pesquisa tratará do caso particular da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Ela iniciou seu processo de interiorização em 2006. Esse movimento foi impulsionado pelo REUNI e pelas diretrizes do governo federal para a expansão das universidades federais. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFS, que orientou as ações da universidade, estabeleceu metas claras para a interiorização e buscou envolver a comunidade acadêmica no processo decisório. Como parte dessa expansão, a UFS inaugurou *campi* em cidades como

Itabaiana, Lagarto, Estância e Nossa Senhora da Glória, visando levar o ensino superior a regiões historicamente negligenciadas.

De acordo com o estudo de Oliveira Júnior (2016), a Universidade Federal de Sergipe (UFS) teve um papel relevante no processo de interiorização do ensino superior, expandindo seus campi para o interior do estado. Em 2015, aproximadamente 14% das matrículas nos cursos presenciais de graduação da universidade estavam concentradas nos campi do interior, com destaque para o campus de Itabaiana, que abrigava uma parcela significativa da comunidade acadêmica fora da capital. Essa interiorização não se restringiu à criação de novas unidades, mas também incluiu a oferta de cursos alinhados às demandas regionais, como saúde pública e agricultura familiar, áreas estratégicas para o desenvolvimento local.

Apesar dos avanços, o processo de interiorização apresentou diversos desafios. A escassez de recursos e a infraestrutura limitada nos municípios contemplados foram algumas das dificuldades enfrentadas pela UFS durante sua expansão. Para viabilizar a criação dos novos *campi*, foram adotadas estratégias como o uso de estruturas provisórias e parcerias com governos estaduais e prefeituras. Além disso, a falta de uma descentralização mais eficiente da gestão universitária dificultou a autonomia dos *campi* no interior, que continuaram fortemente dependentes da sede localizada na capital (Oliveira Júnior, 2016).

Além disso, a UFS, assim como outras universidades federais, enfrentou desafios significativos relacionados à permanência estudantil. Uma pesquisa de Paulo (2018), ao analisar a Unidade Acadêmica de Serra Talhada da UFRPE, ressaltou a importância de políticas de assistência social, como o Bolsa Família, para assegurar que estudantes da zona rural consigam concluir seus estudos, especialmente em regiões mais isoladas. Esse também foi um ponto crítico para a UFS, uma vez que, apesar da ampliação do acesso ao ensino superior, muitos alunos do interior encontram dificuldades para permanecer na universidade devido a obstáculos como transporte precário, limitações financeiras e a necessidade de conciliar os estudos com o trabalho no campo.

A interiorização da UFS teve impactos econômicos e sociais significativos nas regiões atendidas (Oliveira Júnior, 2016). A presença da universidade no interior de Sergipe gerou novos empregos, estimulou a economia local e proporcionou oportunidades de qualificação profissional para os jovens da região. Além disso, as ações de extensão realizadas pelos *campi* interiorizados promoveram o desenvolvimento cultural e social das comunidades, alinhando as atividades acadêmicas às necessidades e demandas locais.

A expansão também teve um impacto direto na construção de polos de desenvolvimento, como discutido por Brito (2014), que relaciona a interiorização das universidades ao

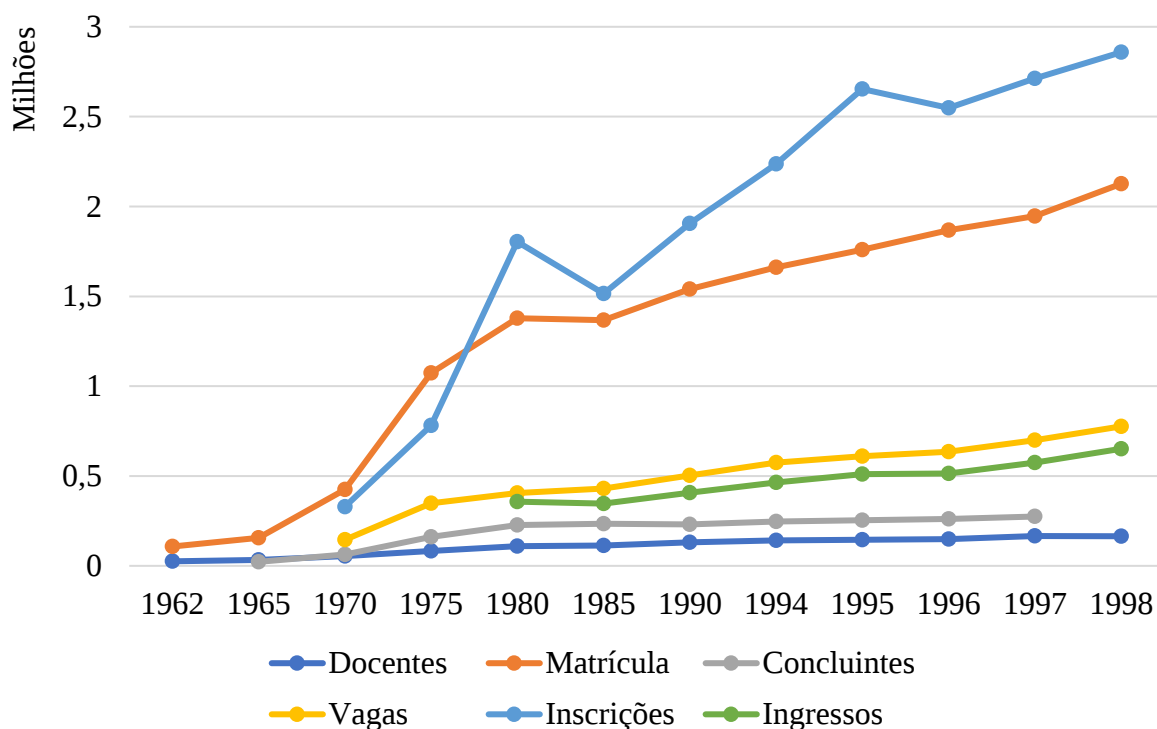
fortalecimento de atividades econômicas específicas de cada região. No caso da UFS, essa relação foi especialmente evidente nos cursos voltados para saúde pública e agricultura familiar, que desempenham um papel fundamental no desenvolvimento do interior do estado.

4.2 O ENSINO SUPERIOR EM NÚMEROS

A evolução do ensino superior no Brasil revela mudanças significativas ao longo das décadas. Nas seções anteriores, essas transformações foram analisadas sob a perspectiva histórica, política e social. Embora esses aspectos sejam importantes, é igualmente relevante analisar essa evolução por meio das estatísticas, que evidenciam a magnitude dessas mudanças.

Entre 1962 e 1998, houve avanços significativos em diversos indicadores do ensino superior, incluindo o número de docentes, matrículas, concluintes, vagas, inscrições e ingressos. A Figura 2 apresenta os números totais desses elementos, destacando a evolução do quadro docente, bem como o crescimento das oportunidades educacionais nesse período.

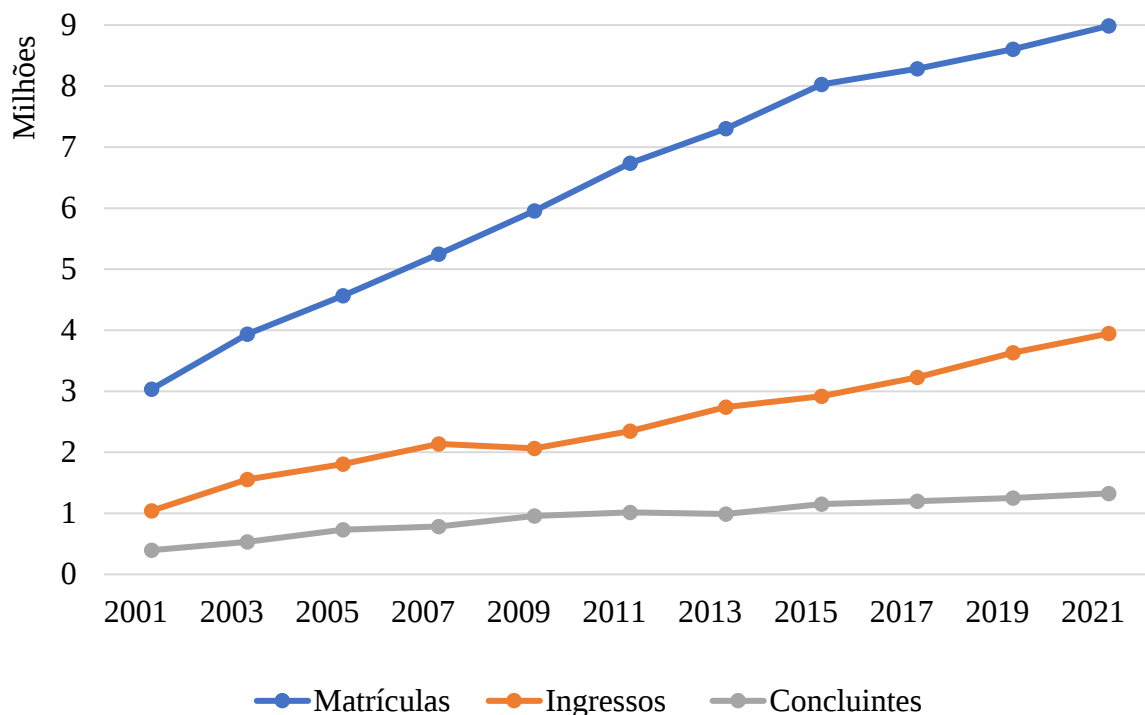
Figura 2 – Total de docentes, matrículas, concluintes, vagas, inscrições e ingressos no Ensino Superior do Brasil entre 1962 a 1998.



Fonte: Brasil. Inep, 2000.

O gráfico evidencia que as últimas décadas foram caracterizadas por um processo de expansão do ensino superior. E com o advento do século XXI, o ensino superior no Brasil passou por uma transformação ainda mais acelerada. Os dados mais recentes mostram os avanços desses indicadores (Figura 3).

Figura 3 – Número de Matrículas, Ingressos (presencial e a distância) e concluintes no ensino superior segundo os anos.



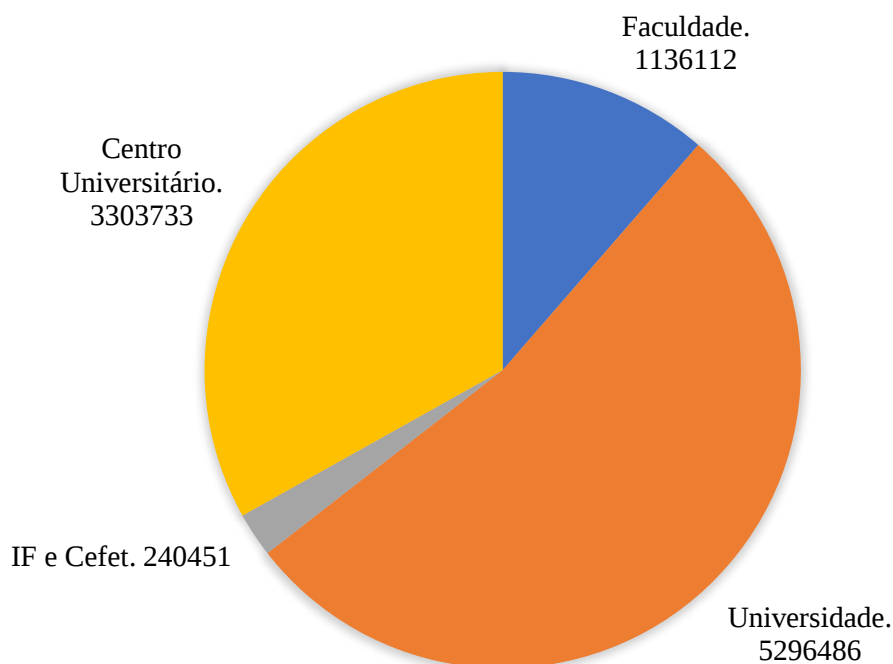
Fonte: Brasil. Inep, 2013; Brasil. Inep, 2022.

Como é possível perceber, o número de matrículas no ensino superior cresceu expressivamente, passando de aproximadamente 3 milhões para mais de 8,6 milhões, o que representa um aumento de 186%. Esse crescimento reflete uma tendência semelhante observada em outros indicadores educacionais do período. É importante destacar que, no mesmo intervalo, a população brasileira cresceu apenas 20%. Isso evidencia que o crescimento no número de matrículas não foi meramente um reflexo do aumento populacional, mas sim um resultado direto de políticas públicas de inclusão e da valorização da educação como um fator essencial para o desenvolvimento social.

Além disso, o número de concluintes também avançou substancialmente, saindo de 396 mil para mais de 1,3 milhão entre 2001 e 2021, um aumento de 233%. Esses dados apontam para um sistema educacional mais eficiente, capaz de atender a uma demanda crescente por formação superior. Contudo, ainda há espaço para melhorias, especialmente no que diz respeito às taxas de conclusão, que permanecem como um desafio a ser enfrentado para consolidar a eficiência do sistema educacional brasileiro.

Em 2023, a rede federal de ensino superior se consolidou como peça fundamental na oferta de educação de qualidade e na inclusão educacional no Brasil. A distribuição das matrículas refletiu a diversidade de categorias institucionais e seus respectivos papéis no cenário educacional, como pode ser visto na Figura 4.

Figura 4 - Número de matrículas em cursos de graduação, por organização acadêmica - Brasil 2023

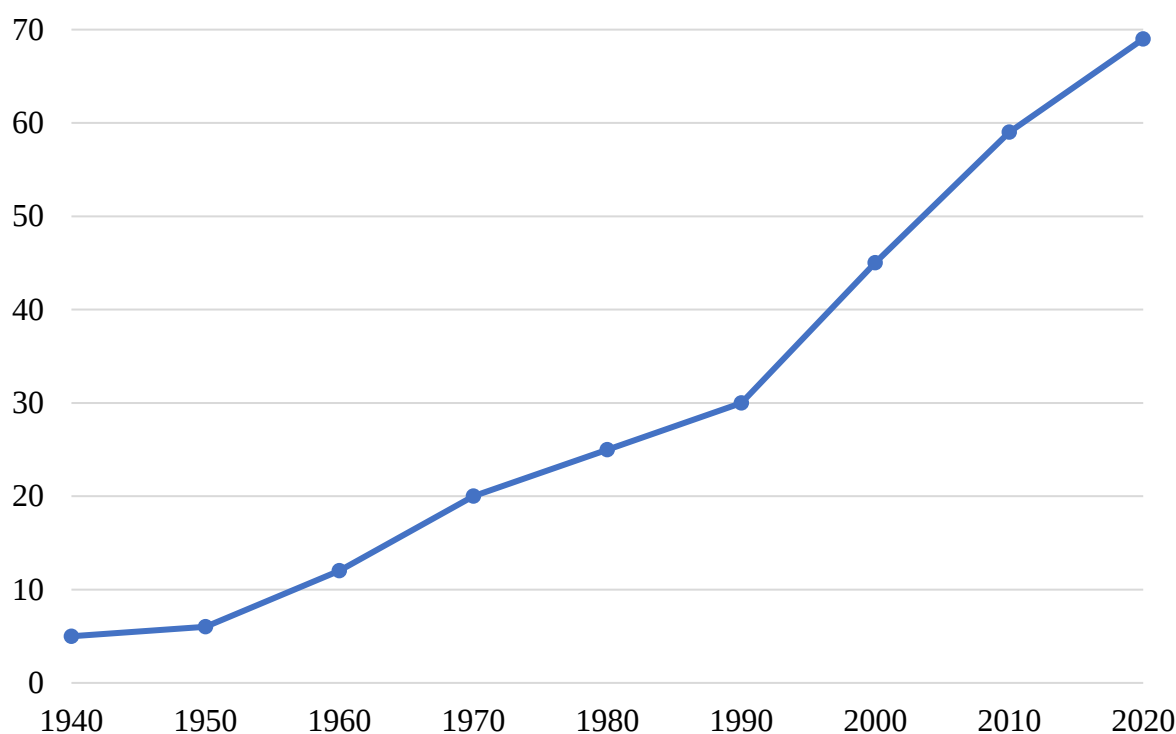


Fonte: Brasil. Inep, 2024.

Nessa Figura, percebe-se que a maior parte das matrículas se concentra nas universidades, que somam 5.296.486 alunos. Esse número mostra papel central dessas instituições na formação acadêmica e profissional no Brasil. Os centros universitários, por sua vez, aparecem com 3.303.733 matrículas. Os institutos federais (IF) e os Cefets registram 240.451 matrículas. E apesar de representarem uma parcela menor no total, sua relevância se dá, sobretudo, pela ênfase na formação técnica e tecnológica, destacando-se, também, seu papel na formação de professores.

Os investimentos direcionados a expansão do ensino superior ampliou as oportunidades educacionais para além dos centros urbanos tradicionais (Brasil, 2003). A Figura 5 ilustra a evolução do número de universidades federais ao longo dos séculos XX e XXI, evidenciando o crescimento contínuo e o compromisso do governo em promover um acesso mais equitativo à educação superior em todo o território nacional.

Figura 5 - Número de universidades federais ao longo dos anos.

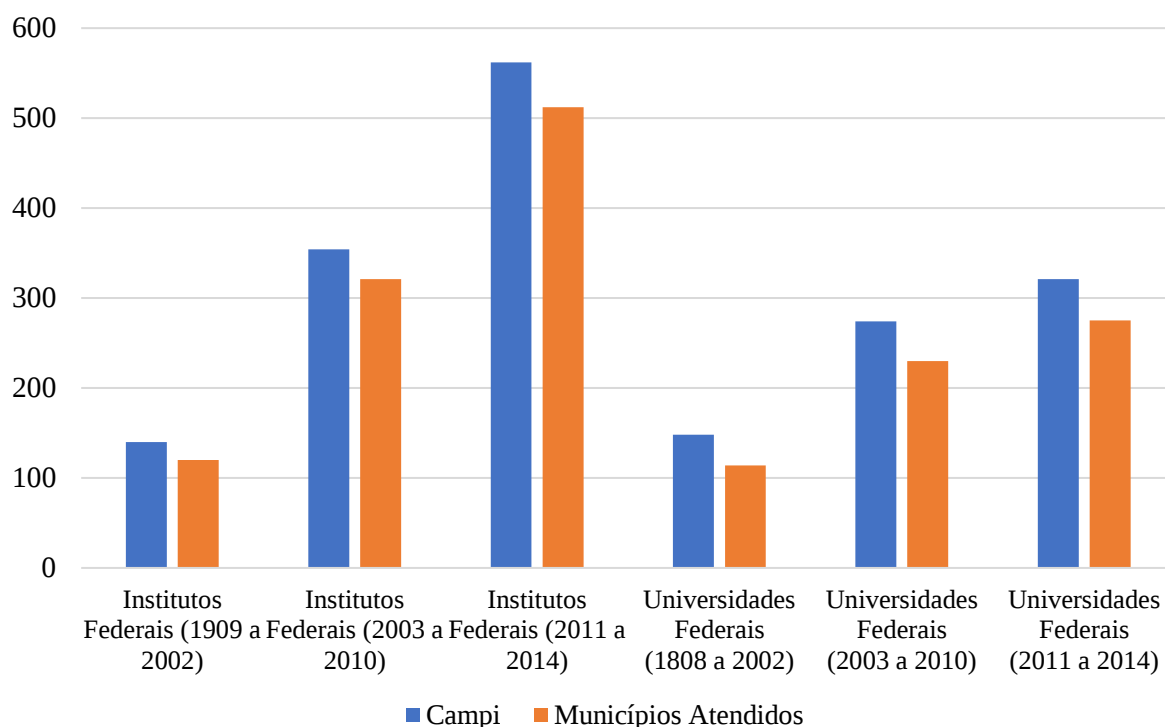


Fonte: Brasil. Inep, 2014.

A análise da evolução do número de universidades federais no Brasil entre 1940 e 2020 revela uma expansão constante. Em 1940, o país possuía um número limitado de instituições. Mas, ao longo das décadas seguintes, o crescimento foi relevante. Entre 1950 e 1960, foi igual a 100%. De 1960 a 1970, houve um aumento de 66%. Durante as décadas de 1970 e 1980, o crescimento foi de 25%, um ritmo mais lento. Entre 1990 e 2000 a expansão voltou a acelerar, com um aumento de 50%, demonstrando o fortalecimento das universidades federais e a ampliação do ensino superior. Esse progresso continuou, tal que em 2023 a rede federal contava com 69 universidades, 41 Cefets e 10 faculdades (Brasil. Inep, 2023).

Como já foi visto, as políticas adotadas nesse período não se limitaram à expansão quantitativa das universidades, mas também enfatizaram sua interiorização. Esse processo de descentralização, intensificado no século XXI, levou a educação superior para além dos grandes centros urbanos, conforme ilustrado na Figura 6.

Figura 6 - Expansão do número de Universidades e Institutos Federais.

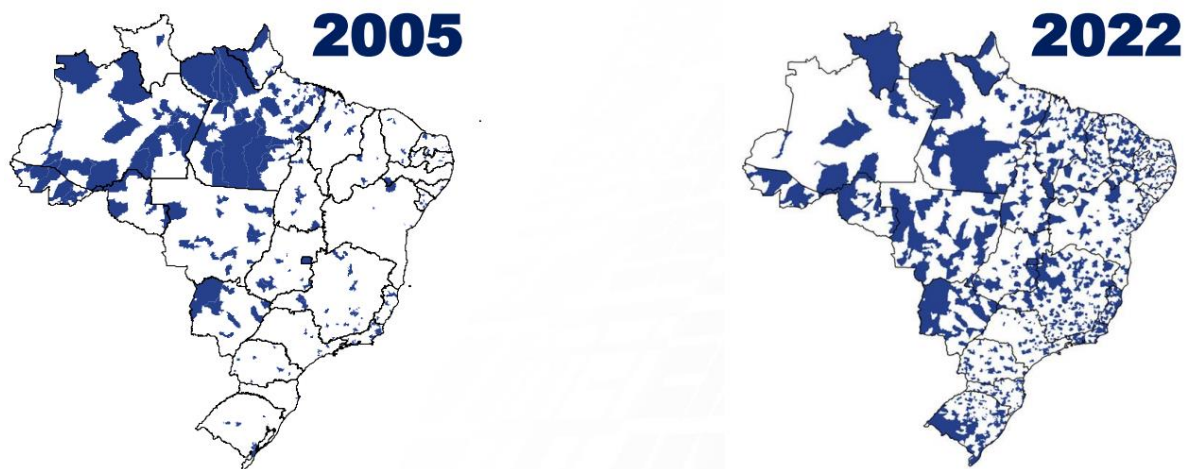


Fonte: Brasil. Inep, 2014.

Entre 2003 e 2014, o número de municípios atendidos pelas universidades federais cresceu de 114 para 275, aumentando de 2% para 5% o total de municípios atendidos no país. Nesse mesmo período, o número de *campi* e unidades educacionais mais que dobrou, passando de 148 para 321. Esses avanços não se limitaram à criação de novas universidades, mas também incluíram o fortalecimento e a ampliação de estruturas já existentes, promovendo pesquisa e inovação em diversas áreas do conhecimento. Como resultado, pequenas cidades assumiram um papel central no cenário educacional e econômico do Brasil, contribuindo significativamente para a redução das desigualdades regionais. A presença dessas instituições em pequenas cidades trouxe benefícios às comunidades locais, como a geração de empregos, o fortalecimento do comércio, o estímulo à investimentos em infraestrutura e a fixação de jovens talentos, diminuindo a migração para grandes centros urbanos e fomentando o desenvolvimento regional por meio da oferta de cursos de graduação e pós-graduação.

Mapas comparativos evidenciam a evolução na oferta de cursos superiores ao longo do tempo. A Figura 7, por exemplo, destaca os municípios atendidos por cursos presenciais ou polos EaD pela rede federal de educação superior nos anos de 2005 e 2022, ilustrando o avanço ocorrido nesse período.

Figura 7 - Municípios com oferta de cursos presenciais ou polo EaD oferecidos pela rede federal de educação superior – Brasil 2005 e 2022.



Fonte: Brasil. Inep, 2023.

Em 2005, a rede federal de ensino superior concentrava-se predominantemente em regiões mais acessíveis e desenvolvidas do Brasil. No ano de 2022, a rede federal já estava presente em 914 municípios brasileiros. Contudo, ainda persistem algumas desigualdades regionais. O Nordeste liderou em número de municípios atendidos, com 293, seguido pelo Sudeste (248), Sul (175), Norte (103) e Centro-Oeste (95). Mas a quantidade de municípios atendidos não reflete necessariamente a densidade demográfica. Regiões de menor densidade populacional, como o Norte e o Nordeste, apresentaram maior cobertura municipal. Ainda assim, populações dispersas nessas áreas enfrentam desafios significativos, como dificuldades de acesso físico às instituições (Brasil, MEC, 2023).

As disparidades no acesso à educação superior no Brasil resultam de uma interação complexa de fatores históricos, econômicos e sociais. Historicamente, regiões com menos investimentos e infraestrutura enfrentaram maiores dificuldades para oferecer educação superior de qualidade. Essa situação foi agravada pela distribuição desigual de recursos públicos entre Estados e municípios, o que comprometeu a expansão das instituições e a capacidade de atender à demanda local (Brasil, IPEA, 2022).

A implementação do Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2014), com metas estabelecidas até 2024, impulsionou o crescimento das matrículas nas instituições públicas, incluindo as universidades federais. Contudo, o impacto do plano variou entre as regiões, influenciado por fatores como a desigualdade na distribuição de recursos financeiros, a precariedade da infraestrutura tecnológica e as diferenças na demanda local por cursos superiores. Essas disparidades limitaram os avanços e a concretização das metas do PNE, especialmente em áreas mais vulneráveis.

Além disso, fatores socioeconômicos desempenham um papel crucial. Famílias de baixa renda enfrentam obstáculos significativos, como os custos de transporte, a necessidade de trabalhar para sustentar a família e a falta de recursos educacionais básicos. Esses desafios são particularmente graves em regiões com menor índice de desenvolvimento, reforçando a urgência de políticas públicas que, além de ampliar a oferta de educação superior, combatam as desigualdades regionais e socioeconômicas. Essas políticas devem considerar também desafios locais, como a carência de infraestrutura básica e o acesso limitado à saúde pública.

4.3 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL

Comenius, considerado o “pai da didática moderna”, foi um educador e filósofo tcheco do século XVII que enfatizou a importância de métodos de ensino sistemáticos e da formação de professores para promover uma educação de qualidade. Ele já defendia a importância da formação de professores. Em 1684, São João Batista de La Salle fundou o Seminário dos Mestres, o primeiro estabelecimento de ensino dedicado exclusivamente a essa formação (Silva; Silva, 2015). A valorização da instrução escolar ganhou ainda mais destaque após a Revolução Francesa no final do século XVIII, com a criação das Escolas Normais. Essas instituições foram pioneiras na universalização da instrução elementar e na organização dos sistemas nacionais de ensino, estabelecendo um modelo que influenciaria reformas educacionais em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil (Pérez, 2016).

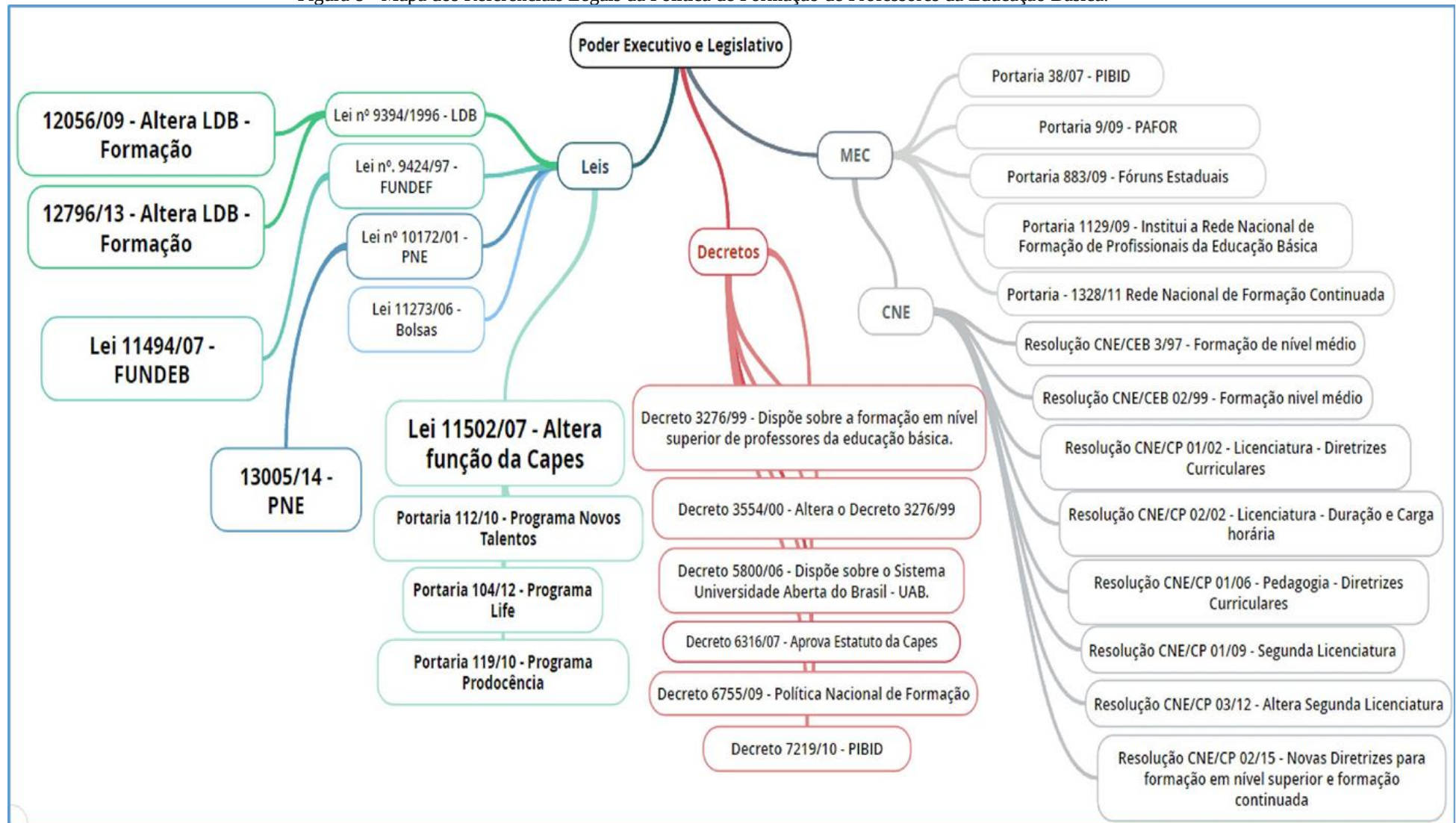
O ensino superior no mundo começou a se expandir de forma notável a partir da segunda metade do século XX, com destaque para a década de 1970, quando o número de estudantes dobrou, passando de 13 milhões para 26 milhões. Em 1980, o total de estudantes alcançou 51 milhões e, em 1995, subiu para 82 milhões (UNESCO, 1998). Uma das explicações para essa expansão é o vínculo entre economia, sociologia, política e cultura, que transformou o ensino superior de um modelo de “elite” para um modelo de “massa” na maioria dos países (Gomes; Morais, 2012).

No Brasil, as principais mudanças no sistema educacional durante os anos 1990 foram de ordem institucional, impulsionadas por instrumentos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação. Este último, cuja relevância foi elevada a uma exigência constitucional, estabeleceu sua periodicidade em dez anos, reforçando o compromisso com a melhoria contínua da educação (Brasil, 2014).

A pesquisa de Oliveira e Leiro (2019) examinou as políticas de formação de professores da Educação Básica no Brasil após a Lei 9.394 de 1996, evidenciando a lacuna entre as expectativas geradas pela legislação e a sua implementação efetiva. Os autores questionaram a

elaboração e a implementação das políticas públicas, conduzindo uma pesquisa detalhada sobre leis, decretos e portarias publicados pelos órgãos governamentais responsáveis por essas políticas. A análise desses documentos fornece um mapa (Figura 8) do cenário da formação de professores no Brasil atual, sendo possível destacar os desafios e as lacunas na implementação das políticas educacionais.

Figura 8 - Mapa dos Referenciais Legais da Política de Formação de Professores da Educação Básica.



Fonte: Oliveira e Leiro (2019, p. 4).

A partir do contexto normativo apresentado, torna-se pertinente descrever algumas políticas educacionais relevantes para a temática trabalhada nessa pesquisa. Os Artigos 61º, 62º e 63º da Lei 9394 (Brasil 1996) estabelecem os fundamentos para a formação de professores na Educação Básica. O Artigo 61º enfatiza a integração entre a teoria e a prática nesse processo, enquanto o Artigo 62º define que essa formação deve ocorrer preferencialmente no Nível Superior por meio de cursos de licenciatura, com a possibilidade de formação de nível médio na modalidade Normal para a Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental, conforme estipulado pelo Artigo 63.

O Decreto nº 3.276/1999 (Brasil, 1999), por sua vez atribui ao Conselho Nacional de Educação (CNE) a responsabilidade de estabelecer diretrizes curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica, conforme determinado pela Lei 9.394. Posteriormente, a Lei 10.172 (Brasil, 2001) aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecendo metas para a formação de professores ao longo dos próximos dez anos.

Esse documento reforçou a necessidade de superar a discrepância entre a teoria e a prática na formação inicial, incentivando a formação em serviço e estabelecendo a formação em Nível Superior como padrão para professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Além disso, o PNE reconheceu os Institutos Superiores de Educação como centros de formação de professores, e as Resoluções CNE/CP nº 01 e 02 de 2002 (Brasil, 2002) buscaram integrar essa formação aos projetos acadêmicos das instituições.

Já em 2006, a Lei nº 11.273 (Brasil, 2006) instituiu bolsas para professores em programas de formação inicial e continuada, enquanto a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), no mesmo ano, tinha como objetivo ampliar o acesso à educação superior, incluindo a formação de professores, por meio da educação a distância. Dessa forma, é possível observar que o avanço em direção ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e à promoção de uma educação de qualidade foi buscado ao longo das últimas décadas por meio dessas políticas públicas. No entanto, não se identificou nenhuma proposta legal específica voltada para a igualdade no acesso ao ensino superior entre os sexos masculinos e femininos.

4.4 REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA EDUCAÇÃO

As primeiras instituições de ensino para mulheres surgiram na metade do século XIX, mas muitas ainda impunham exclusões significativas, com currículos que reforçavam especializações baseadas em uma divisão de papéis de gênero, centralizando a mulher na função de mãe e esposa. Nesse período, a educação secundária feminina era, em sua maioria, voltada

para o magistério, ou seja, para a formação de professoras nos cursos primários (Beltrão; Alves, 2009, p. 128, apud Hahner, 1981). Essa formação voltada ao magistério não oferecia as mesmas oportunidades e direitos que os cursos de formação secundária destinados aos homens, restringindo, assim, o acesso das mulheres ao ensino superior.

No contexto brasileiro, essa exclusão refletia uma dualidade e segmentação entre os sexos, presentes no o início do sistema educacional. Entre o século XIX e a primeira metade do século XX, a entrada das mulheres nas universidades foi severamente limitada, evidenciando a persistência dessas barreiras ao longo do tempo (Beltrão; Alves, 2009, p. 128, apud Romanelli, 2001). Mas durante a segunda metade do século XX esse processo passou por uma reversão. Para compreender essa mudança, é pertinente conhecer as diferentes ondas do movimento feminista e como esse contexto favoreceu as mudanças históricas e sociais na educação.

A categorização do movimento feminista em diferentes períodos históricos, geográficos e agendas específicas foi influenciada por obras como *A Segunda Onda Feminista*, de Martha Weinman Lear, e *Tornando-se a Terceira Onda*, de Rebecca Walker. Essas obras destacaram as lutas das mulheres ao longo do tempo e em diversos contextos sociais e culturais (Zirbel, 2021, p. 10-31). De acordo com Costa (2019), os feminismos são descritos como “irrupções em que, de repente, mulheres diversas se juntam, mostram-se “irmanadas” na agitação de “causas” ou motivações políticas que se avolumam e avançam como onda” (Costa, 2019, p. 4). Isso destaca a relevância de se estudar as participantes, os contextos históricos e os locais de cada onda do movimento, a fim de compreender de maneira mais ampla suas implicações educacionais e sociais.

Ao abordar as três ondas feministas no Brasil, podemos compreender melhor as dinâmicas de cada período. A seguir, apresentamos uma síntese simplificada de cada uma:

Primeira Onda: Iniciada no século XIX e conhecida como movimento sufragista, começou no Brasil após a Proclamação da República, em 1889, marcando o surgimento do movimento feminista no país (Moura, 2018; Mendes et al., 2015).

Segunda Onda: Emergida na década de 1960 e estendendo-se até os anos 1980, introduziu novas questões, como a demarcação de papéis entre os sexos, a discussão sobre a dupla jornada das mulheres e os direitos reprodutivos (Nogueira, 2001; Soihet, 2013).

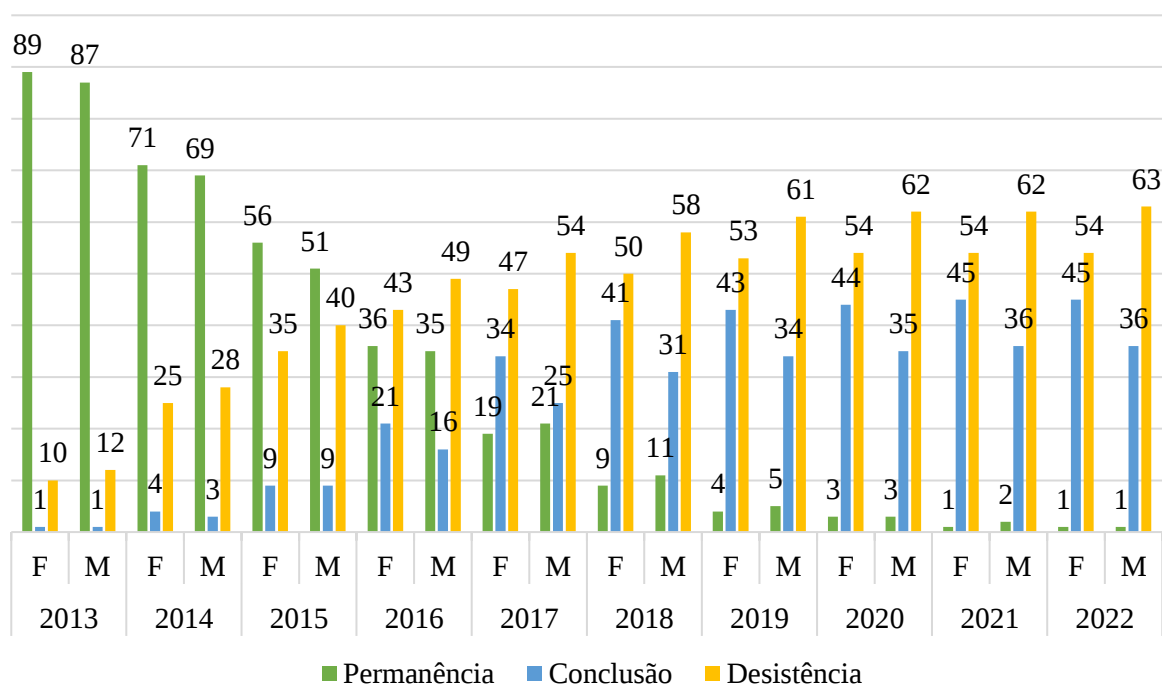
Terceira Onda: Iniciada nos anos 1990, expandiu o conceito de “mulher” para englobar diversas identidades e reconhecer a interseccionalidade com outras formas de opressão, como etnia, sexualidade e classe social (Ribeiro et al., 2021; Penha, 2014).

Assim, o entendimento das diferentes ondas do movimento feminista e suas origens históricas desempenhou um papel importante nas transformações educacionais. Esse

conhecimento capacitou educadores a lidarem com questões de igualdade de oportunidades, alinhando-se aos objetivos da Agenda 2030, que busca promover a igualdade entre os sexos e o empoderamento das mulheres globalmente.

A análise realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), utilizando indicadores de fluxo de ingressantes em cursos de graduação, fornece dados relevantes sobre a representatividade e o desempenho das mulheres no ensino superior. Esses dados são fundamentais para embasar políticas e práticas educacionais mais inclusivas e igualitárias (INEP, 2023), servindo como base para diversas análises, medição da eficiência de cada curso e criação de novos parâmetros de controle, além de contribuir para a qualificação da oferta e da demanda desses cursos. Com base nessas informações, a Figura 9 ilustra a evolução desses indicadores de trajetória dos estudantes no curso de ingresso de 2013 a 2022, abordando a permanência, a conclusão e a desistência, segundo o sexo do estudante. A permanência no curso de ingresso indica o percentual de estudantes que mantêm vínculos ativos com seu curso em um determinado ano de referência. Já a desistência do curso de ingresso abrange os percentuais de estudantes que interrompem seus vínculos no mesmo período, seja por desvinculação ou transferência para outra área dentro da mesma instituição de ensino superior. Finalmente, a conclusão no curso de ingresso diz respeito aos percentuais de estudantes que obtêm a graduação em seu curso no ano de referência (INEP, 2023).

Figura 9 - Evolução dos indicadores de trajetória dos estudantes no curso de ingresso em 2013, por sexo Brasil 2013-2022.

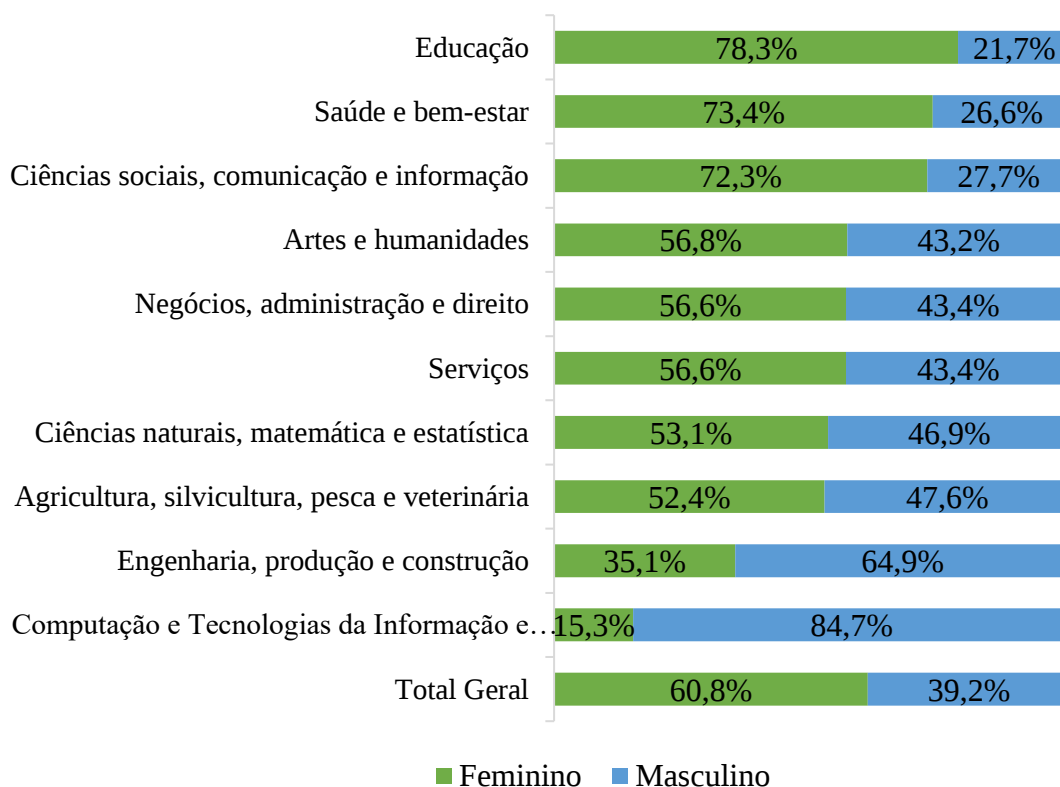


Fonte: Brasil. Inep, 2022.

Durante o período analisado, as mulheres representaram a maioria tanto na permanência quanto na conclusão dos cursos, enquanto os homens apresentaram maiores índices de desistência em todos os anos observados. A compreensão dos fatores que levam à evasão em ambos os sexos exige estudos mais aprofundados para identificar suas causas subjacentes e verificar se esses padrões se mantêm em diferentes áreas de formação. Tal abordagem pode reduzir a taxa de desistência e aumentar o índice de conclusão, promovendo a igualdade de oportunidades educacionais ao mesmo tempo que aumenta a eficiência do ensino superior.

Na figura 10 é possível observar em percentual os concluintes dos cursos de graduação, por sexo, segundo a área geral dos cursos no ano de 2022.

Figura 10 - Distribuição percentual dos concluintes de graduação, por sexo, segundo a área geral dos cursos no ano de 2022.



Fonte: Brasil. Inep, 2022, p. 71.

Observa-se uma predominância feminina na maioria dos cursos, com exceção das áreas de Engenharia, Produção, Construção, Computação e TIC. No total, 60,8% dos concluintes eram mulheres, refletindo mudanças sociais e avanços na equidade de gênero, impulsionados por políticas educacionais e pela maior valorização da educação entre as mulheres. Embora as mulheres representem a maioria dos concluintes no Brasil, é importante analisar a formação de professores em Ciências Naturais, uma vez que não foram encontrados dados isolados para esse grupo. Essa análise pode contribuir para a compreensão dos padrões educacionais e a

identificação de possíveis disparidades, permitindo o desenvolvimento de estratégias que promovam a igualdade de oportunidades em todas as áreas do conhecimento.

Esse contexto de análise detalhada é corroborado pelo estudo *Reversão do Hiato de Gênero na Educação Brasileira no Século XX* (Beltrão; Alvez, 2009). Fruto de uma pesquisa do programa de pós-graduação em Ciência Estatística do IBGE, o estudo examina quantitativamente as mudanças no acesso à educação entre homens e mulheres no Brasil ao longo do século XX. Segundo o trabalho, a educação era menos acessível às mulheres no início do século, mas com o passar do tempo, especialmente a partir dos anos 1970, esse cenário sofreu o que se chama de reversão, agora em desfavor dos homens. Os autores destacam que essa mudança foi impulsionada por políticas públicas e transformações sociais e culturais que reverteram a desigualdade de sexo na educação. Os autores utilizaram os dados do IBGE de 1960 a 2000, analisando as diferenças nos anos de escolaridade entre homens e mulheres por faixas etárias. A comparação incluiu médias de anos de estudo e a proporção de conclusão dos níveis fundamental, médio e superior por sexo.

Segundo o estudo, no início do século XX a educação das mulheres era limitada, tal que em 1960 os homens tinham, em média, 3,3 anos de estudo e as mulheres, 2,6 anos. Já em 2000 as mulheres alcançaram 7,6 anos de estudo, superior aos 7,2 anos dos homens. A porcentagem de mulheres que concluíram o ensino fundamental aumentou de 27% em 1960 para 60% em 2000, enquanto para os homens esse aumento foi de 34% para 58%. No ensino médio, apenas 4% das mulheres completavam esse nível em 1960, mas em 2000 esse número subiu para 40%. Para os homens, os números foram de 6% em 1960 para 35% em 2000. Já no ensino superior, a reversão ocorreu ainda em meados do século XX.

A proporção de população masculina que conclui o curso superior é quase 20 vezes maior que a feminina para os indivíduos da coorte mais velha deste estudo [...]. Já a proporção de mulheres que concluem o curso universitário na coorte mais jovem (1971-75) é quase duas vezes superior à dos homens. Esses dados mostram que a reversão do hiato de gênero [...] não apenas reduziram um diferencial de quase 20 vezes, como alcançaram um diferencial de quase duas vezes em relação ao sexo masculino (Beltrão; Alves, 2009, p. 151).

Assim, as mulheres, antes excluídas do sistema educacional, superaram numericamente os homens nos diversos níveis educacionais, há muitas décadas atrás. Os desdobramentos dessa educação envolveram, dentre outros fatores, a melhora das oportunidades de emprego e a autonomia financeira das mulheres.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa adotou uma abordagem documental com viés quantitativo, utilizando fontes documentais para ampliar a compreensão em áreas das Ciências Humanas e Sociais, exigindo contextualização histórica e sociocultural (Sá-Silva et al., 2009).

Segundo Cellard (2008), o documento possibilita uma compreensão mais profunda do contexto social, permitindo um recorte temporal para analisar evoluções ou retrocessos dos grupos em discussão. “Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas” (Cellard, 2008, p.295).

Em relação à abordagem quantitativa, Serapioni (2000) demonstra que, por serem possíveis de réplica, adotarem técnicas intersubjetivas controláveis e indicarem as margens de erro na formulação da inferência, os métodos quantitativos conferem sólidos fundamentos às descobertas e hipóteses formuladas. Como fontes de dados foram utilizados os seguintes documentos:

- Anuário Estatístico da Universidade Federal de Sergipe (UFS, 2023),
- UFS em Números (UFS, 2023) e
- Estatísticas censitárias do IBGE (IBGE, 2023).

A amostragem foi dividida em duas etapas, ambas baseadas no censo. A primeira etapa utilizou a população total dos alunos dos cursos presenciais de Licenciatura em Ciências Biológicas, Física e Química da Universidade Federal de Sergipe, com recorte temporal de 2006 a 2022, extraindo dados como nome do curso, turno, campus, ano, período, número de vagas, candidatos, matriculados, ingressantes e formados por sexo. A segunda etapa utilizou a população total dos municípios do Estado de Sergipe, com recorte temporal de 2000 até 2022, extraindo dados sobre a população total, quantidade de pessoas do sexo masculino e feminino.

A coleta de dados foi realizada conforme os seguintes passos:

- *Download* dos documentos em PDF dos recortes temporais definidos,
- Extração dos dados de cada documento, os quais foram então organizados e tabulados em planilhas Excel para facilitar uma análise quantitativa.

A validação desses dados envolveu:

- A conferência da integridade dos dados extraídos dos documentos utilizados na pesquisa. Inicialmente, foi verificado se todos os documentos necessários foram baixados corretamente, garantindo que os recortes temporais definidos na amostra estavam completos e disponíveis para análise. Após o download, foi

realizada uma análise minuciosa para garantir que os dados extraídos fossem representados, sem lacunas ou omissões. Foi também verificado se os dados não tinham formato adequado, conforme previsto para a coleta, como dados no mesmo padrão, números com casas decimais consistentes e variáveis controladas organizadas.

- A análise de consistência dos dados extraídos, com o objetivo de identificar possíveis discrepâncias ou valores inconsistentes dentro da base. Primeiramente, foram verificados os dados numéricos, para garantir que não houvesse inscrições erradas. Além disso, foi verificado se os dados estavam em conformidade com o esperado para o contexto histórico e social da pesquisa, utilizando o conhecimento prévio sobre a Universidade Federal de Sergipe e o contexto demográfico de Sergipe. Esta análise permitiu detectar possíveis erros de transcrição ou entrada de dados.

Os dados da UFS foram obtidos apenas dos *campi* a seguir: São Cristóvão; Itabaiana. Essa escolha se justifica porque nos demais *campi* não existem os cursos de formação de professores alvos do estudo.

A análise de dados se apoiou na estatística descritiva, com a adoção de um critério de seleção fundamentada no cálculo percentual em relação ao total, concentrando-se em valores superiores a 50%, identificando e evidenciando tendências e padrões importantes dos dados, fornecendo, assim, uma compreensão mais clara e objetiva das informações comprovadas. A ênfase em percentuais superiores a 50% favoreceu a identificação de maiorias representativas, auxiliando na verificação de equidade com maior relevância no contexto estudado. Essa abordagem mostrou-se especialmente eficaz para garantir que os resultados refletissem aspectos de impacto expressivo, alinhando-se aos objetivos da pesquisa e contribuindo para a consistência e profundidade das conclusões obtidas.

Para concluir esta seção, apresentam-se as definições de algumas variáveis que serão utilizadas neste estudo. Essas definições referem-se aos dados coletados e foram estabelecidas pela Universidade Federal de Sergipe:

- Ingressos: Número de alunos que realizaram matrícula inicial no período.
- Matrículas: Ato formal de ingresso em uma instituição de ensino, pelo qual o aluno garante sua vaga.
- Evadidos: Alunos que deixam o curso antes de sua conclusão.
- Formados: Alunos que concluíram o curso e colaram grau.

- Representatividade feminina: Refere-se ao percentual de pessoas do sexo feminino dentro de um total.

6 ANÁLISE DE DADOS

6.1 DADOS POPULACIONAIS DO BRASIL E DE SERGIPE

Os dados apresentados na Tabela 1, analisados nesta seção, correspondem ao total de habitantes no Brasil e em Sergipe, conforme os anos de coleta do Censo demográfico.

A Tabela 1 apresenta o total de habitantes segundo o sexo e ano do censo.

Tabela 1 – Total de habitantes no Brasil e em Sergipe segundo o sexo e anos.

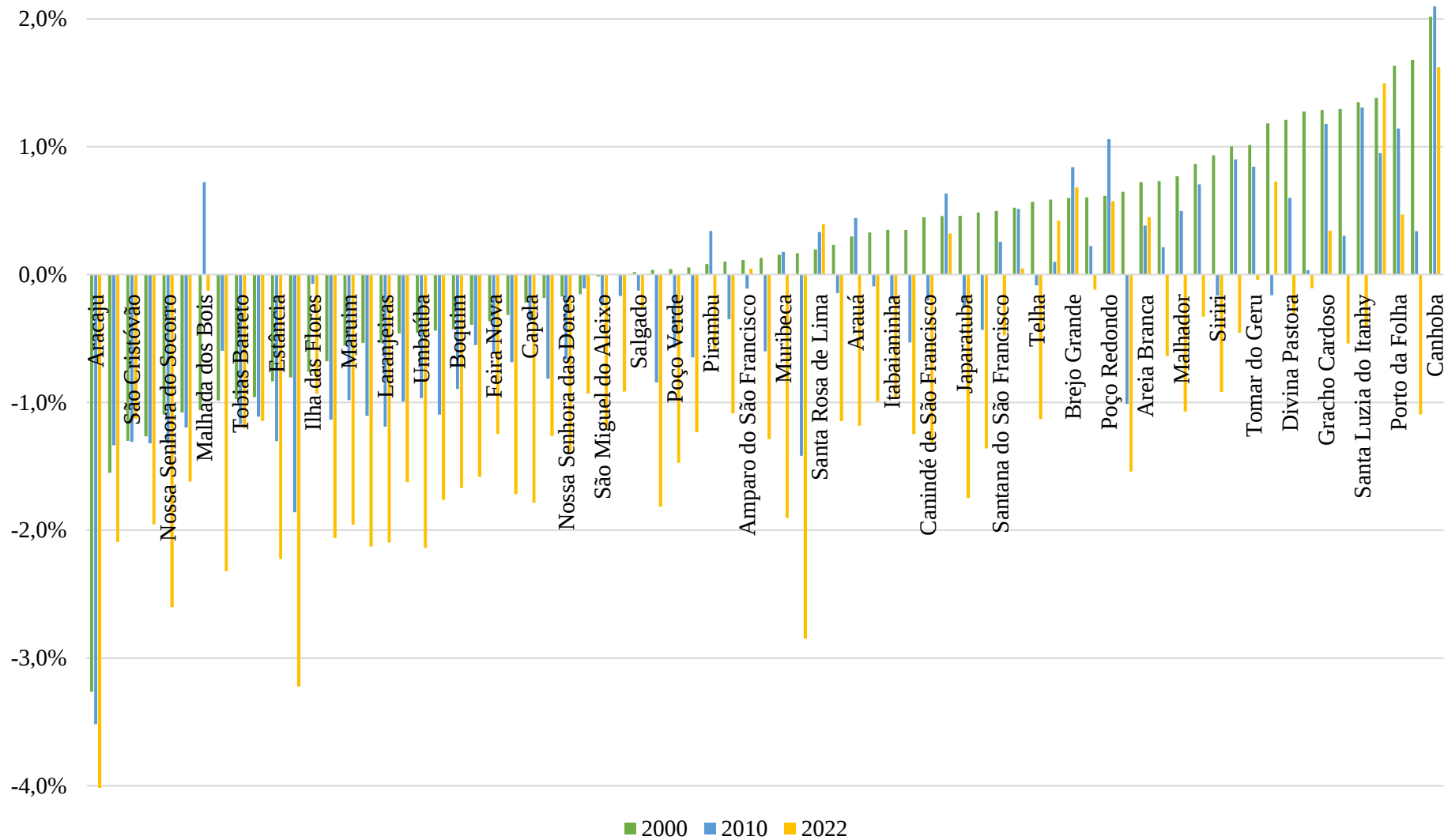
	2000	2010	2022
Brasil	169.590.693	190.755.799	203.080.756
Homens	83.447.074	93.406.990	98.532.431
Mulheres	86.143.619	97.348.809	104.548.325
Sergipe	1.781.714	2.067.017	2.209.004
Homens	872.619	1.005.041	1.057.808
Mulheres	909.095	1.062.976	1.152.196

Fonte: Censo demográfico, 2000, 2010 e 2022.

Os dados nos revelam que no ano 2000 as mulheres representavam 50,8% da população brasileira, percentual este que aumentou nas décadas seguintes, alcançando 51,5% da população em 2022. Para o Estado de Sergipe, em 2000 as mulheres representavam 51,0% da população, valor que aumentou para 51,2% no ano de 2022, seguindo a tendência nacional.

A respeito dos municípios do Estado de Sergipe, a Figura 11 apresenta o percentual acima de 50% do total de habitantes de homens segundo os anos da coleta de dados (ou seja, se o percentual de homens for igual a 51% em uma cidade, o gráfico mostrará 1%). O que se percebe é que os municípios mais populosos apresentam maior representatividade do sexo feminino. E esse percentual tem aumentado com o passar dos anos. Os municípios que apresentavam um percentual de habitantes do sexo masculino maior tiveram uma redução, tal que a tendência é as mulheres serem maioria em todos os lugares.

Figura 11 – Percentual acima de 50% do total de habitantes do sexo masculino segundos os anos.



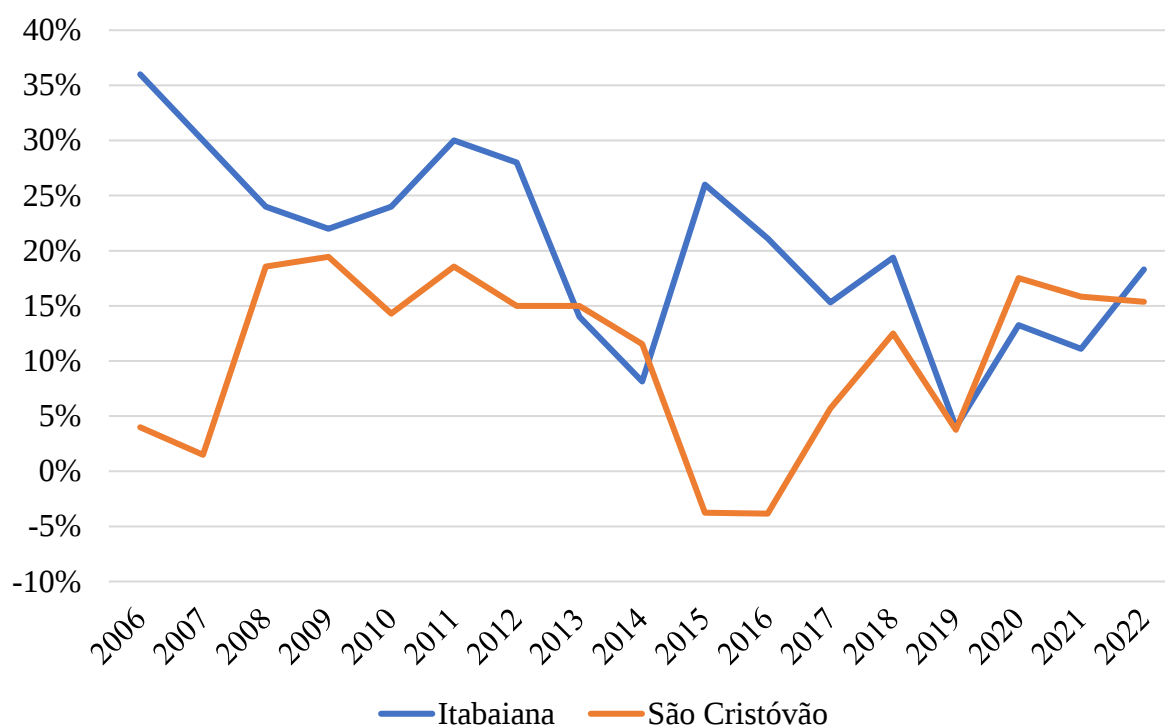
Fonte: Censo demográfico, 2000, 2010 e 2022.

6.2 O CASO DA UFS

6.2.1 Ingressos

Os dados da Figura 12 mostra o percentual acima de 50% de estudantes do sexo feminino ingressantes no curso presencial de Licenciatura em Ciências Biológicas segundo os *campi* e os anos de ingresso. É possível observar que embora o sexo feminino seja a maioria em quase todos os períodos, há uma redução nessa desigualdade. Além disso, percebe-se também que no campus sede a desigualdade foi menor do que no interior (Itabaiana).

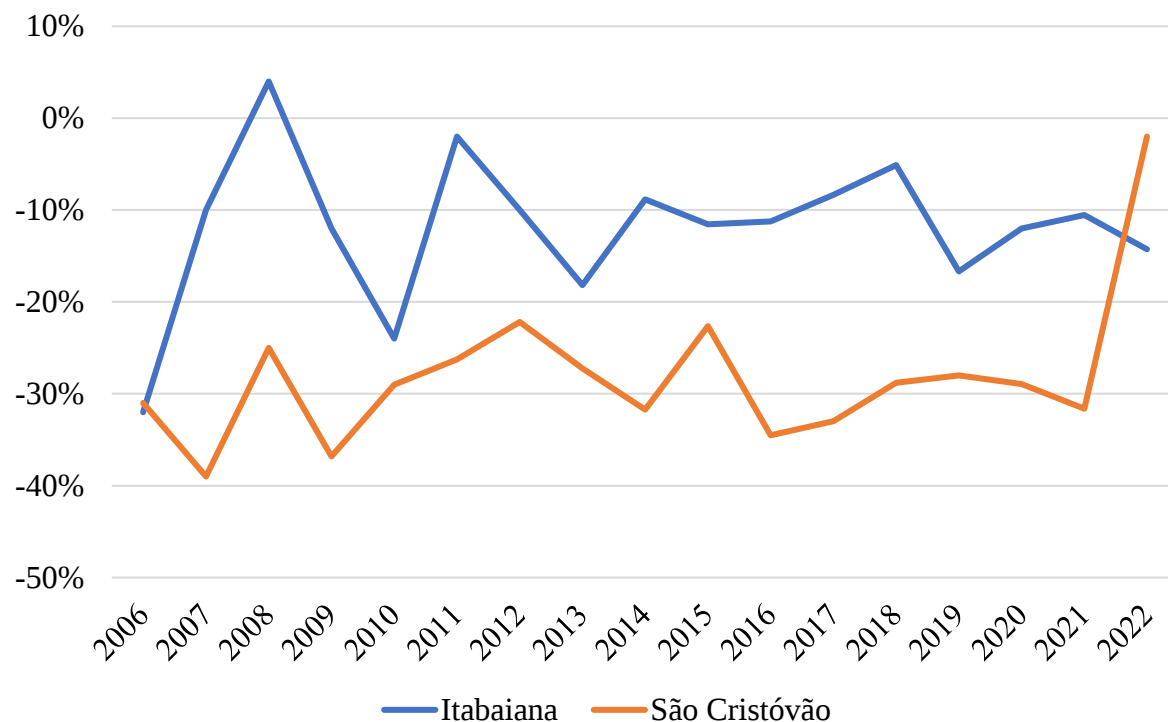
Figura 12 – Percentual acima de 50% de estudantes do sexo feminino ingressantes no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas segundo os anos e *campi*.



Fonte: Universidade Federal de Sergipe, 2022.

A Figura 13 mostra o percentual acima de 50% de estudantes do sexo feminino que ingressaram no curso presencial de Licenciatura em Física segundo os *campi* e os anos. Percebe-se diferenças relevantes entre esse curso e o anterior, pois agora a maioria do ingresso é feito por pessoas do sexo masculino. Além disso, não há uma tendência de redução dessa desigualdade e o campus de Itabaiana apresenta um percentual de estudantes do sexo feminino maior do que aquele observado no campus sede, tal qual o curso anterior.

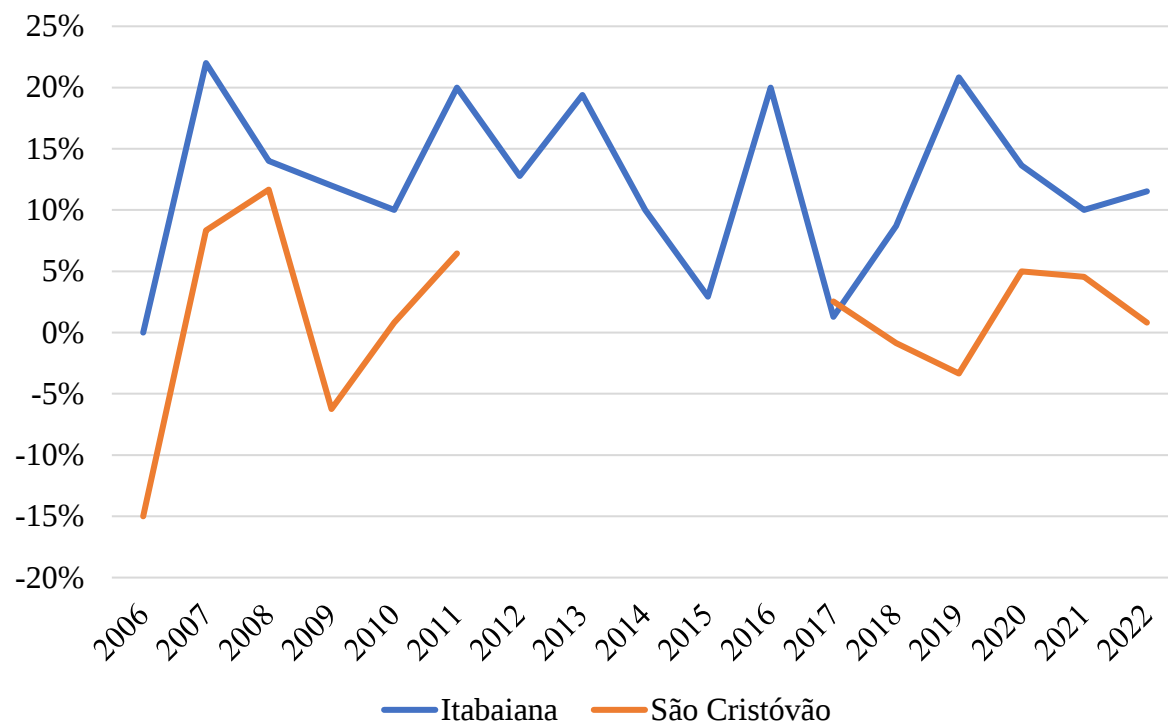
Figura 13 – Percentual acima de 50% de estudantes do sexo feminino ingressantes no curso de Licenciatura em Física segundo os anos e *campi*.



Fonte: Universidade Federal de Sergipe, 2022.

A Figura 14 apresenta o percentual acima de 50% de estudantes do sexo feminino que ingressou no curso presencial de Licenciatura em Química segundo os *campi* e os anos. E assim como nos cursos anteriores, o percentual de estudantes do sexo feminino foi maior no campus Itabaiana. Além disso, esse sexo também foi predominante entre os ingressos, sendo possível perceber uma redução discreta para Itabaiana. Por último, esclarece-se os documentos não possuíam todos os dados, sendo possível ver essas lacunas no gráfico do campus sede.

Figura 14 – Percentual acima de 50% de estudantes do sexo feminino ingressantes no curso de Licenciatura em Química segundo os anos e *campi*.



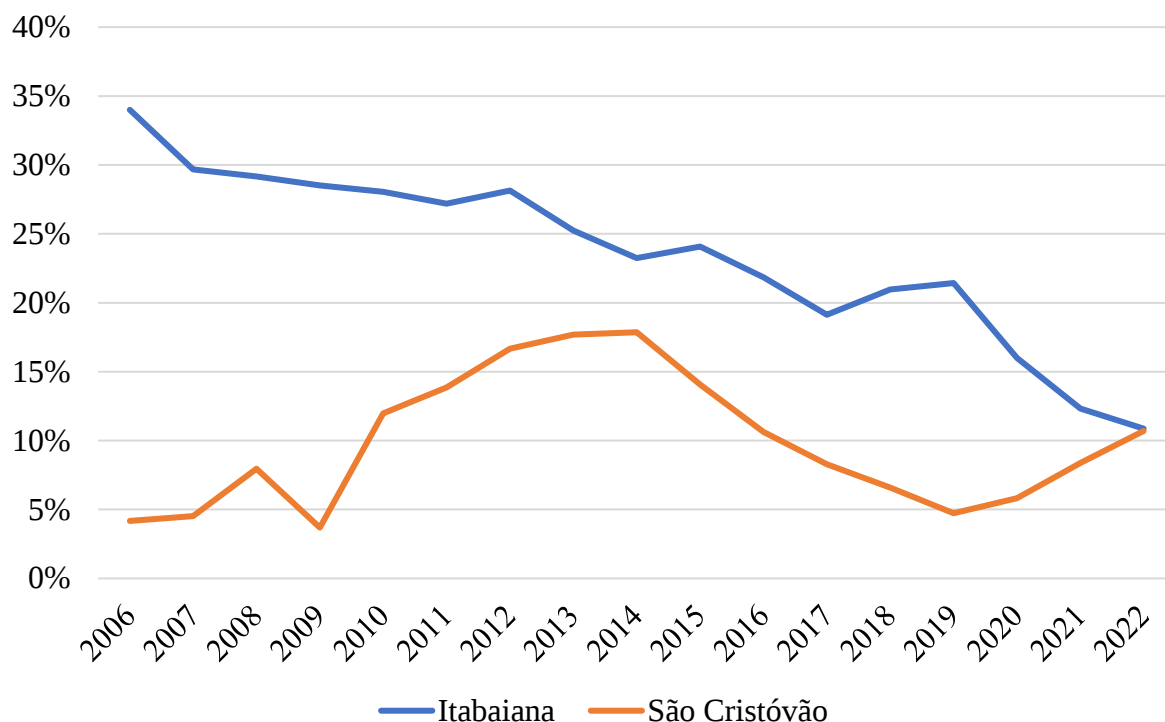
Fonte: Universidade Federal de Sergipe, 2022.

A análise dessas informações evidenciou a existência de alguns padrões para a representatividade feminina entre os ingressos. Isoladamente, esses dados podem indicar características dos meios sociais nos quais esses cursos estão inseridos, o que pode suscitar hipóteses interessantes a serem estudadas em estudos futuros.

6.2.2 Matrículas

Os dados a seguir apresentam o percentual de estudantes do sexo feminino acima de 50% matriculados no curso presencial de Licenciatura em Ciências Biológicas, de acordo com os campi e os anos analisados (Figura 15). Nos dois *campi*, o sexo feminino foi predominante. Além disso, observou-se uma tendência de redução dessa desigualdade no campus de Itabaiana e seu aumento no campus sede. Por último, destaca-se que o maior percentual de estudantes matriculados do sexo feminino era esperado, visto que este é o sexo que mais ingressa no curso.

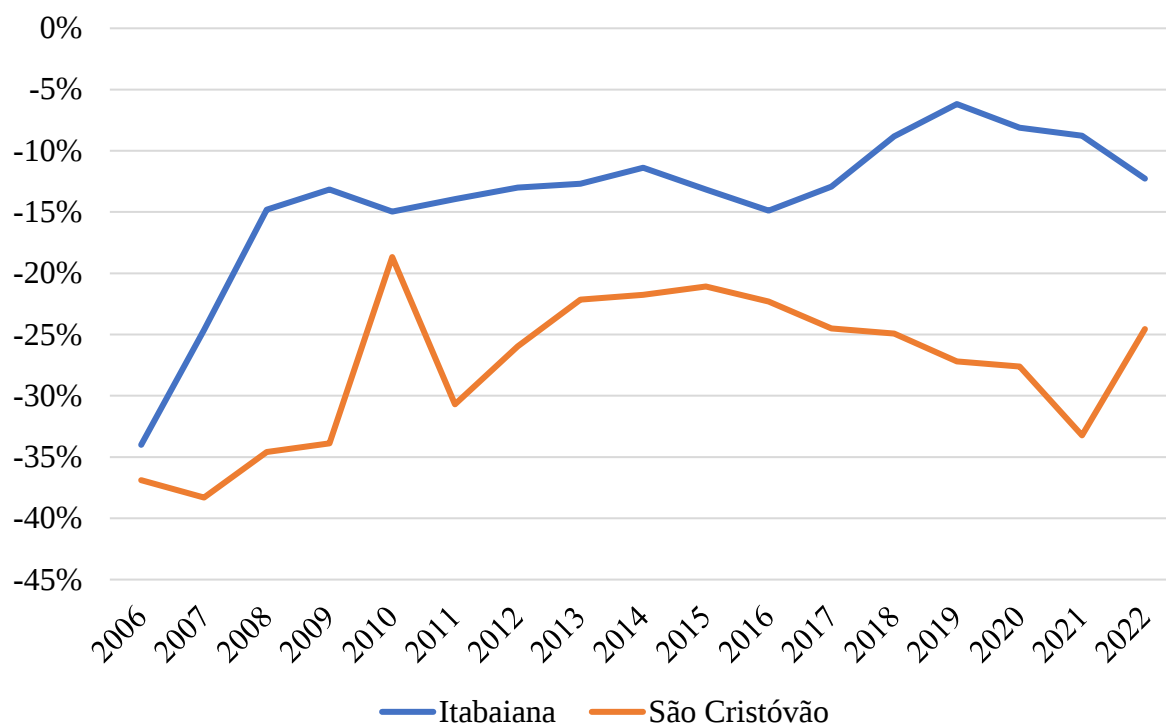
Figura 15 – Percentual acima de 50% de estudantes do sexo feminino entre as matrículas no curso de licenciatura em Ciências Biológicas segundo os anos e *campi*.



Fonte: Universidade Federal de Sergipe, 2022.

O percentual acima de 50% de estudantes do sexo feminino entre os estudantes matriculados no curso presencial de Licenciatura em Física segundo os *campi* e anos é apresentado na Figura 16. Ele evidencia uma predominância masculina, com uma redução dessa desigualdade com o passar do tempo. Com os dados já apresentados não é possível elaborar hipóteses sobre essa redução da desigualdade, pois a redução de ingressos não foi intensa (Figura 13). Por último, chama a atenção que a redução dessa desigualdade foi mais expressiva no campus de Itabaiana do que no campus sede.

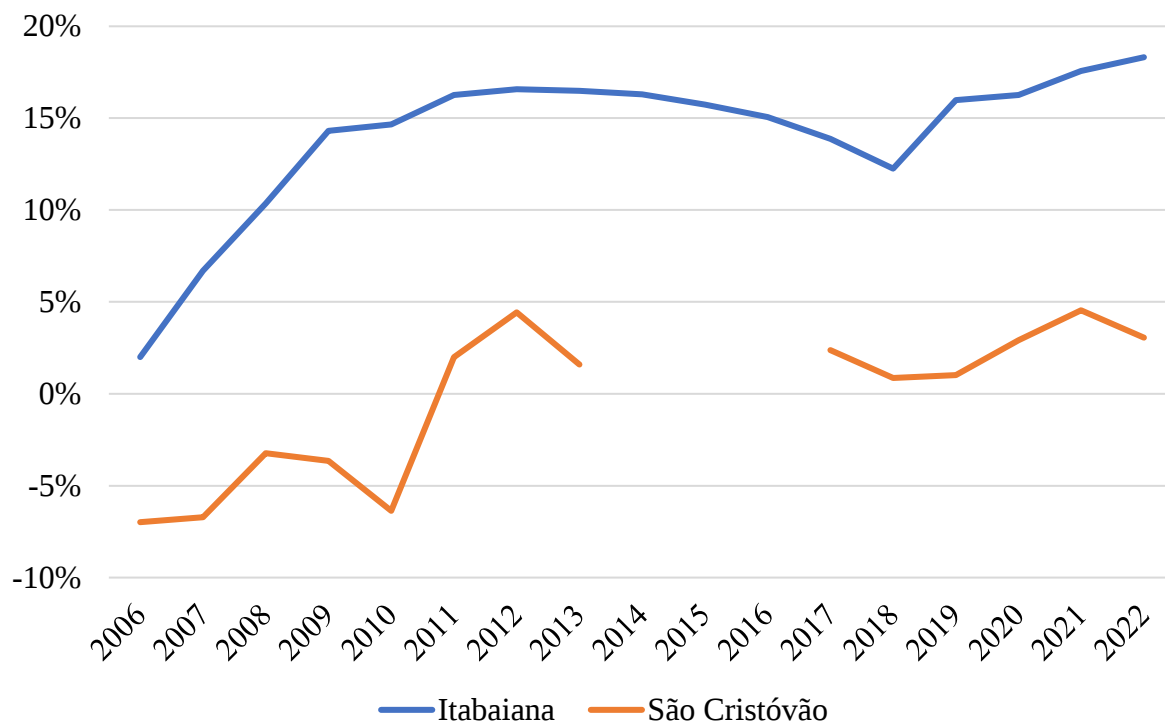
Figura 16 – Percentual acima de 50% de estudantes do sexo feminino entre as matrículas no curso de licenciatura em Física segundo os anos e *campi*.



Fonte: Universidade Federal de Sergipe, 2022.

Por fim, o percentual acima de 50% de estudantes do sexo feminino entre os estudantes matriculados no curso presencial de Licenciatura em Química segundo os *campi* e anos é apresentado na Figura 17. Ela evidencia uma predominância do sexo feminino no campus de Itabaiana. Já o campus sede apresentou uma distribuição mais equilibrada entre estudantes do sexo masculino e feminino nas matrículas totais. Por última, destaca-se que no campus de Itabaiana há uma tendência de crescimento do percentual de estudantes do sexo feminino matriculados no curso.

Figura 17 – Percentual acima de 50% de estudantes do sexo feminino entre as matrículas no curso de licenciatura em Química segundo os anos e *campi*.



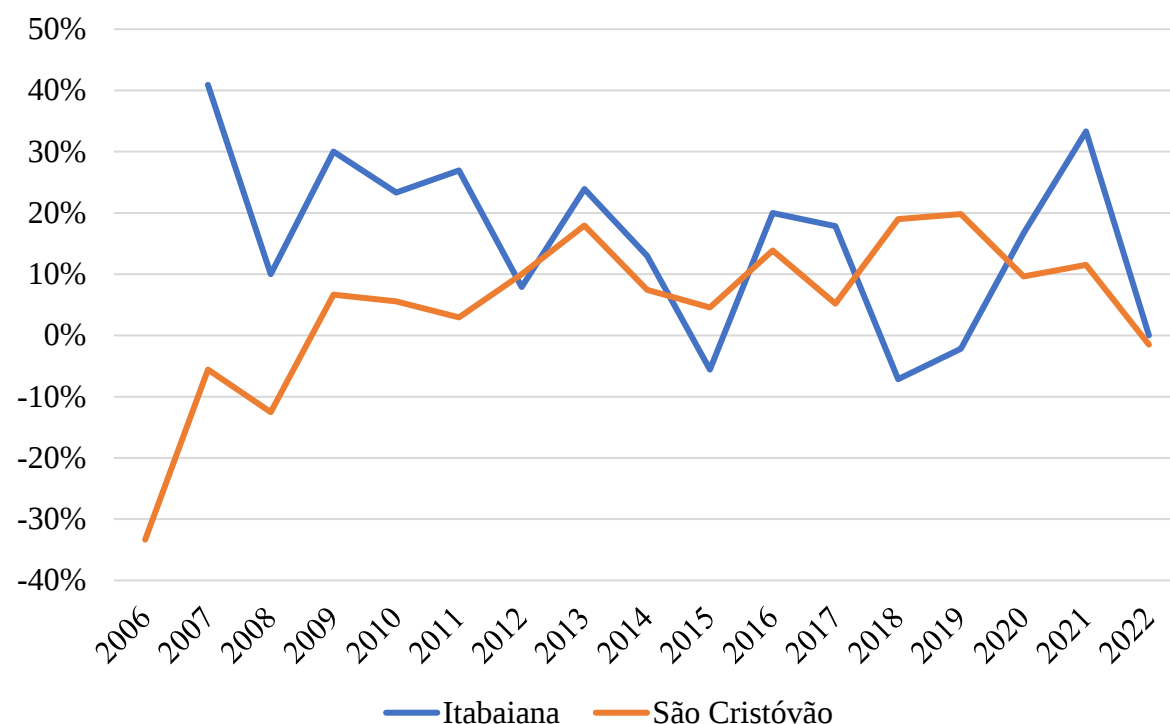
Fonte: Universidade Federal de Sergipe, 2022.

Os dados analisados revelam dinâmicas distintas na distribuição de alunos entre os cursos presenciais de Licenciatura em Ciências Biológicas, Física e Química. Essas dinâmicas variavam não somente em função do curso, mas também se este se localizava na sede ou em Itabaiana. A seguir serão analisados os evadidos e os formados, trazendo informações complementares para a discussão.

6.2.3 Evadidos

A Figura 18 apresenta o percentual acima de 50% de estudantes do sexo feminino entre os evadidos do curso presencial de Licenciatura em Ciências Biológicas, segundo os *campi* e os anos (Figura 18). No campus sede observa-se um crescimento da representatividade feminina entre os evadidos. Em Itabaiana, por sua vez, houve uma redução, tal que os dois *campi* passaram a ter uma distribuição mais igualitária entre os evadidos segundo o sexo. Contudo, considerando que há um maior ingresso de estudantes do sexo feminino, então conclui-se que essa maior igualdade na evasão implica em uma maior chance das estudantes do sexo feminino em abandonar o curso.

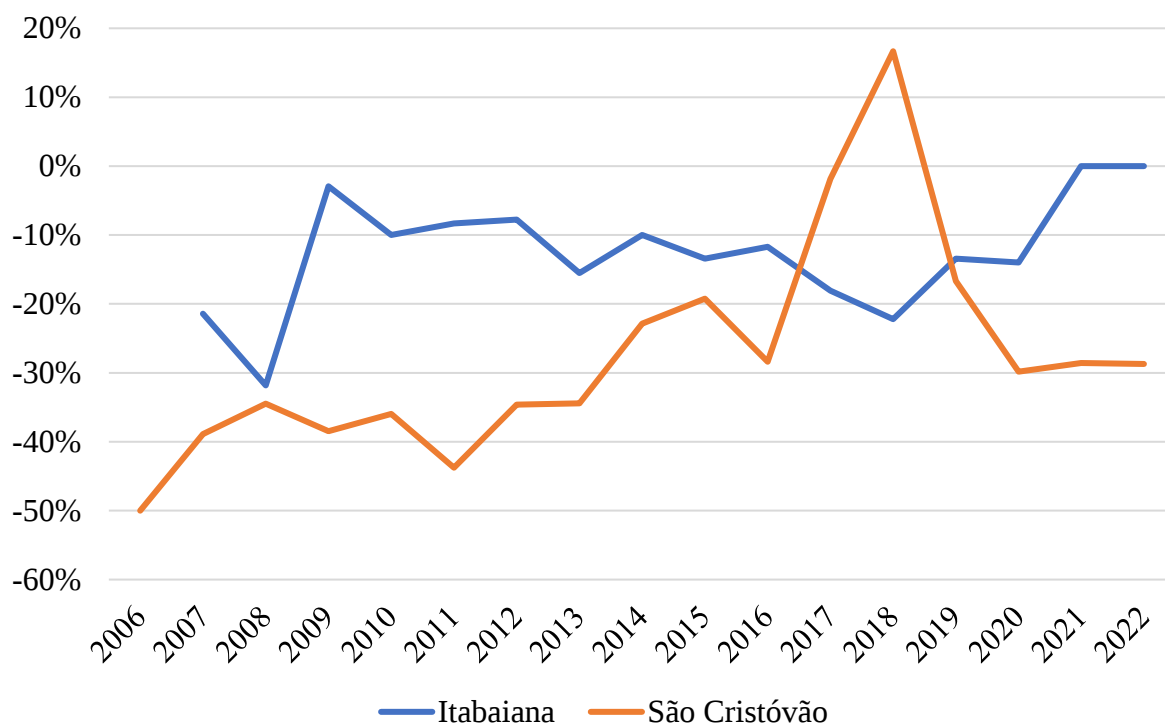
Figura 18 – Percentual acima de 50% de estudantes do sexo feminino que evadiram o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas segundo os anos e *campi*.



Fonte: Universidade Federal de Sergipe, 2022.

Já a Figura 19 apresenta o percentual acima de 50% de estudantes do sexo feminino entre os estudantes que evadiram o curso de Licenciatura em Física segundo os anos e os *campi*. Diferente do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, esse percentual acompanhou a representatividade feminina identificada nos ingressos para o campus de Itabaiana. Já o campus sede apresentou um percentual de participação do sexo feminino menor do que entre os ingressos.

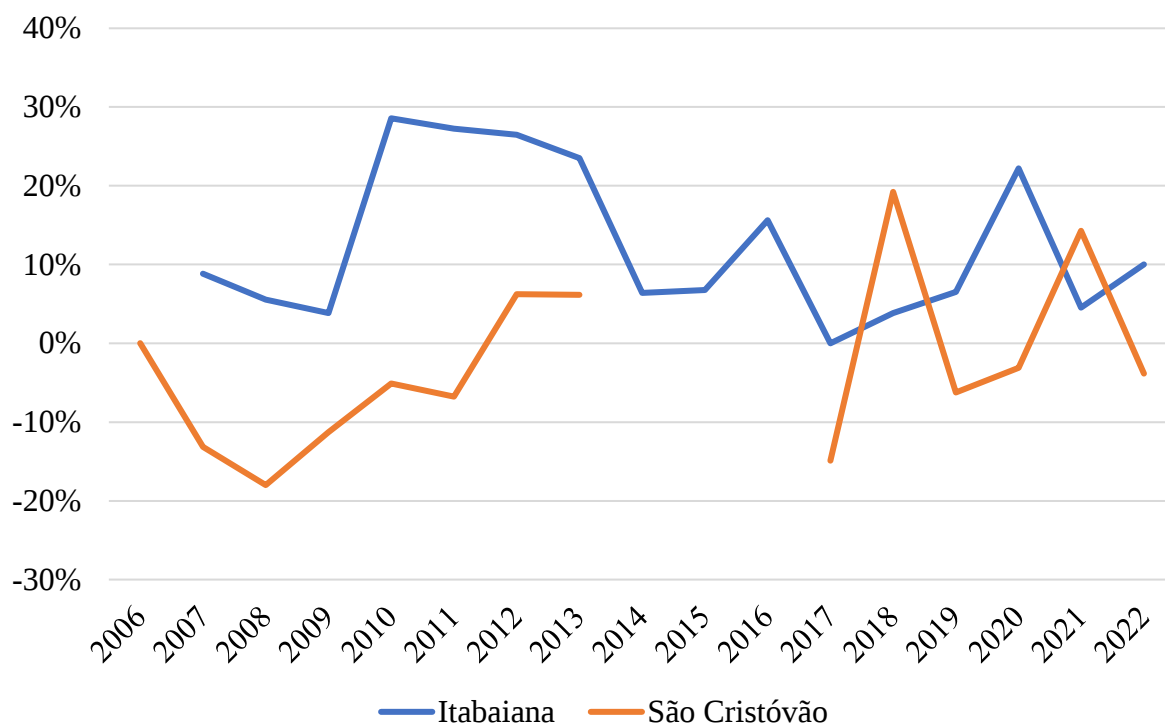
Figura 19 – Percentual acima de 50% de estudantes do sexo feminino entre os evadidos no curso de licenciatura em Física segundo os anos e *campi*.



Fonte: Universidade Federal de Sergipe, 2022.

A Figura 20 apresenta o percentual acima de 50% de estudantes do sexo feminino entre os estudantes que evadiram o curso de Licenciatura em Química segundo os anos e *campi*. Dentre todos os cursos. Comparando-se esse gráfico com a Figura 14, observa-se uma tendência de queda no percentual de estudantes do sexo feminino que evadem em Itabaiana, principalmente porque no início a sua concentração era mais elevada do que o percentual de ingressos. Outras análises mostram que há semelhanças entre os percentuais dos evadidos e dos ingressos.

Figura 20 – Percentual acima de 50% de estudantes do sexo feminino entre os evadidos no curso de licenciatura em Química segundo os anos e *campi*.



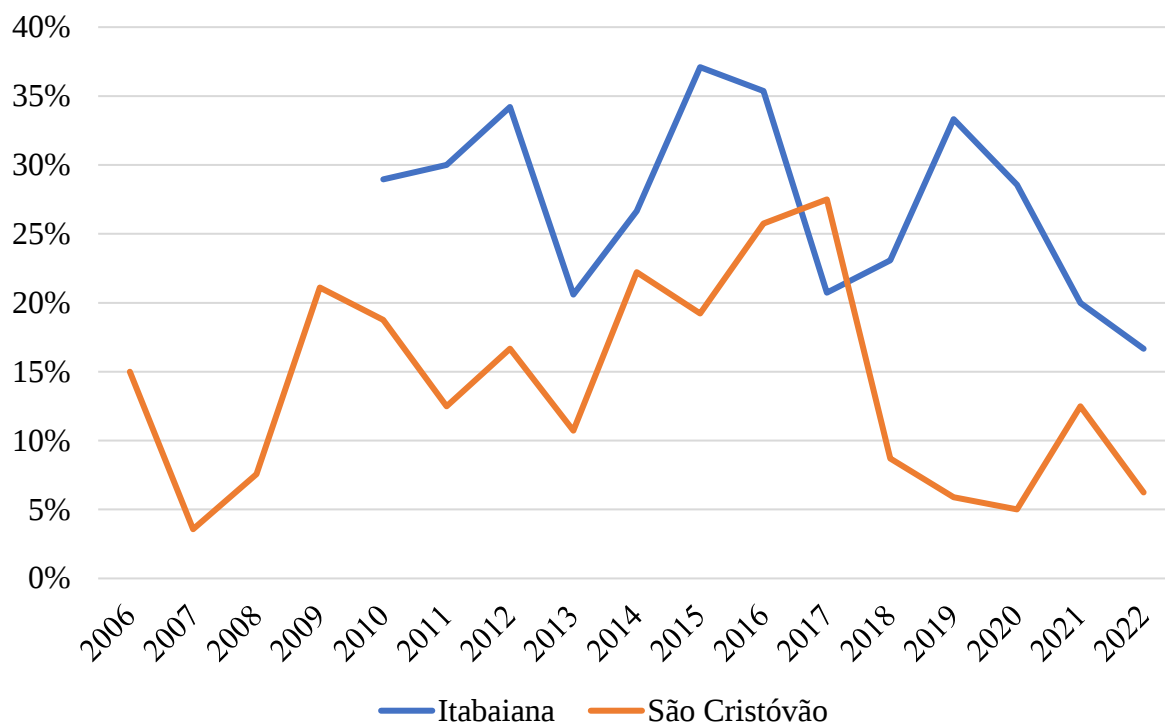
Fonte: Universidade Federal de Sergipe, 2022.

A análise da evasão nos cursos de Ciências Biológicas, Física e Química mostra que as estudantes do sexo feminino têm maior representatividade entre os evadidos de Ciências Biológicas, o que está relacionado à sua própria prevalência entre os ingressantes e matriculados, havendo algumas variações em função do curso analisado.

6.2.4 Formados

O percentual de estudantes do sexo femininos acima de 50% entre os formados no curso presencial de Licenciatura em Ciências Biológicas segundo os *campi* e anos é apresentado na Figura 21. Como esperado, os *campi* registraram um percentual de concluintes do sexo feminino superior ao do sexo masculino, refletindo a representatividade feminina entre os ingressos. Destaca-se também que as primeiras turmas de formados no campus de Itabaiana surgiram apenas a partir de 2010, pois o campus foi criado em 2006. Também é relevante citar que o percentual apresentado na Figura 21 está se reduzindo paulatinamente, caminhando para uma maior igualdade entre os percentuais de concluídos segundo o sexo. Por último, é importante chamar a atenção para o fato de que há uma demora de no mínimo 5 anos para que variações observadas entre os ingressos se reflitam nos formados.

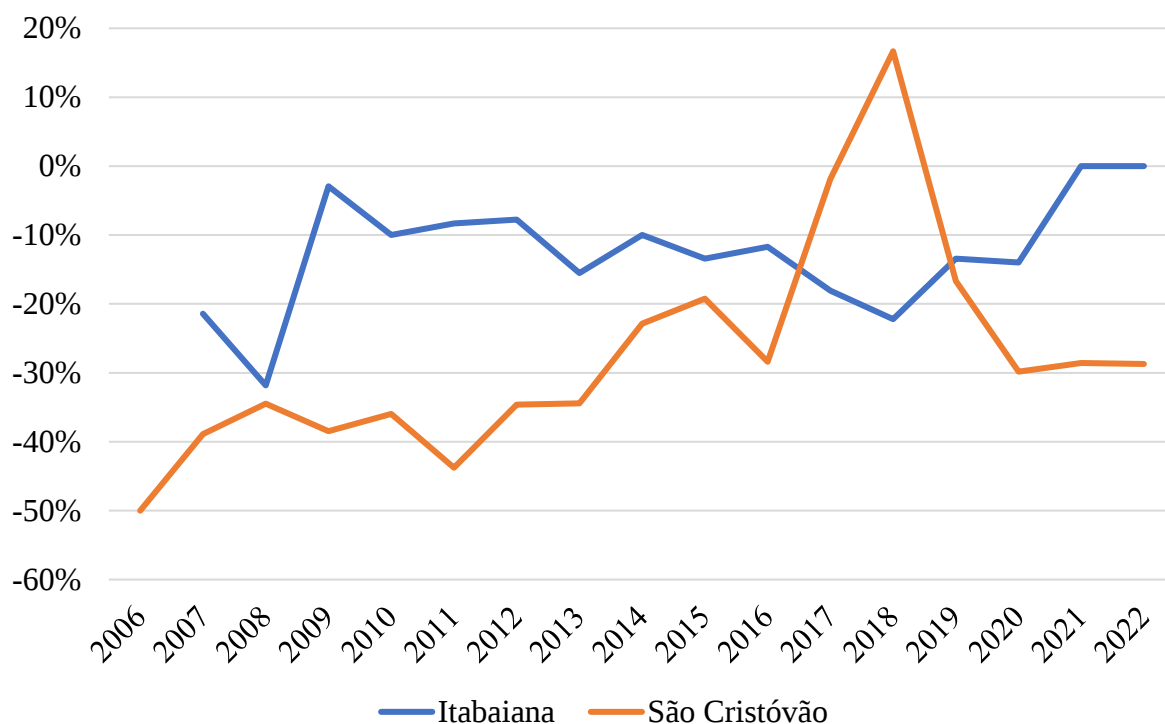
Figura 21 – Percentual acima de 50% de estudantes do sexo feminino entre os formados no curso de licenciatura em Ciências Biológicas segundo os anos e *campi*.



Fonte: Universidade Federal de Sergipe, 2022.

A análise do percentual de estudantes do sexo femininos acima de 50% entre os formados do curso presencial de Licenciatura em Física (Figura 22) revela que em Itabaiana os estudantes do sexo masculino foram maioria entre os formados, com percentuais semelhantes àqueles identificados entre os ingressos (Figura 13). Para o campus sede, no início do período da análise o percentual de pessoas do sexo feminino era menor do que aquele identificado entre os ingressos, contudo os percentuais apresentaram uma tendência de alta, levando-o a valores próximos àqueles levantados para os alunos que estão estrando no curso.

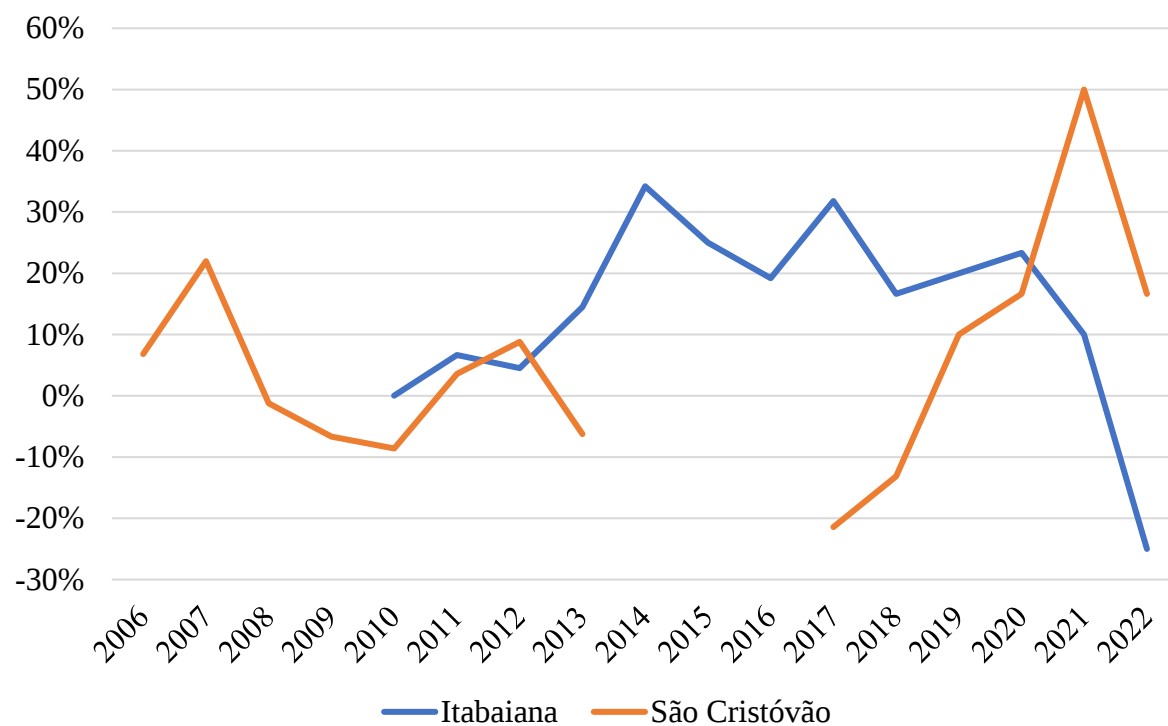
Figura 22 – Percentual acima de 50% de estudantes do sexo feminino entre os formados no curso de licenciatura em Física segundo os anos e *campi*.



Fonte: Universidade Federal de Sergipe, 2022.

Por fim, a análise do percentual de estudantes do sexo femininos acima de 50% entre os formados do Licenciatura em Química (Figura 23) revela que esse percentual foi elevado, indicando que o sexo feminino foi maioria entre os formados. Além disso, a tendência de aumento desse valor fez com que nos últimos anos o percentual do sexo feminino entre os formados fosse superior ao de ingressos. Para o campus sede, percebe-se, mais uma vez, o impacto da falta de dados para certos anos, mas observa-se um comportamento com grande volatilidade.

Figura 23 – Percentual acima de 50% de estudantes do sexo feminino entre os formados no curso de licenciatura em Química segundo os anos e *campi*.



Fonte: Universidade Federal de Sergipe, 2022.

7 CONCLUSÃO

A presente pesquisa analisou a representatividade feminina nos cursos presenciais de licenciatura em Ciências Naturais da Universidade Federal de Sergipe (UFS), com foco na interiorização do ensino superior e nas transformações históricas e sociais que impactaram a educação brasileira nas últimas décadas. Alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, em especial ao ODS 4 (Educação de Qualidade) e ao ODS 5 (Igualdade de Gênero), a investigação buscou compreender a dinâmica de ingresso, permanência, evasão e conclusão dos cursos de Ciências Biológicas, Física e Química nos campi de Itabaiana e São Cristóvão. Os resultados revelaram avanços na participação feminina, mas também destacaram desafios persistentes para a promoção da igualdade de gênero na educação.

A interiorização da UFS, iniciada em 2006 pelo Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), representou um marco na democratização do ensino superior. Contudo, essa expansão trouxe desafios específicos, como infraestrutura inadequada, dificuldades de transporte e a necessidade de conciliar estudos e trabalho, especialmente para estudantes de baixa renda. Esses fatores afetaram homens e mulheres de maneira distinta, evidenciando a necessidade de políticas mais eficazes de assistência estudantil.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam um leve aumento na participação feminina, com as mulheres representando 51,5% da população brasileira e 52,1% da população sergipana em 2022. No entanto, essa distribuição populacional não se reflete nos indicadores da UFS, revelando desigualdades no acesso e na permanência no ensino superior.

Nos cursos de Ciências Biológicas, as mulheres foram maioria no ingresso e nas matrículas, especialmente no campus de Itabaiana. No entanto, observou-se uma redução gradual dessa predominância, indicando um movimento em direção à equidade entre os sexos ao longo do tempo. A evasão e a conclusão seguiram esse padrão, com as mulheres representando a maioria dos evadidos e formados, mas com uma tendência de diminuição das disparidades.

Já nos cursos de Física, a representatividade feminina foi menor, com predominância masculina no ingresso e nas matrículas. No entanto, o campus de Itabaiana apresentou um percentual mais elevado de mulheres ingressantes e matriculadas em comparação com o campus sede, sugerindo que a interiorização contribuiu para a maior presença feminina, mesmo em áreas

tradicionalmente dominadas por homens. Esse fenômeno também foi observado na Licenciatura em Ciências Biológicas, reforçando essa hipótese. Embora a participação feminina na Física tenha crescido ao longo do tempo, ainda há um longo caminho para alcançar a plena igualdade, sobretudo no campus sede, onde a disparidade permanece acentuada.

No curso de Química, as mulheres foram maioria no ingresso e nas matrículas, especialmente no campus de Itabaiana. A evasão e a conclusão seguiram essa tendência, embora os dados do campus sede apresentassem maior volatilidade, possivelmente devido à falta de informações completas para alguns anos.

A interiorização da UFS demonstrou ser um fator crucial para o aumento da participação feminina nos cursos de Ciências Naturais. O campus de Itabaiana registrou uma presença feminina mais expressiva, especialmente em Física e Química, quando comparado ao campus sede. Isso sugere que a expansão do ensino superior para o interior pode ter facilitado o acesso das mulheres à universidade, especialmente em áreas historicamente dominadas por homens.

Uma hipótese para estudos futuros é que a interiorização do ensino superior no Brasil tenha sido um dos principais fatores responsáveis pelo aumento da presença feminina no ensino superior desde meados do século passado. Para muitas mulheres, a necessidade de deslocamento para grandes centros urbanos, onde estavam concentradas as universidades tradicionais, representava um desafio maior, tanto financeiramente quanto logisticamente, além das barreiras socioculturais associadas à mobilidade feminina. A proximidade das universidades no interior pode ter reduzido essas dificuldades, favorecendo a inclusão feminina e contribuindo para a redução das desigualdades de gênero na educação superior.

Entretanto, a interiorização também trouxe desafios para os estudantes do sexo masculino, que enfrentam dificuldades para ingressar e permanecer nos cursos do campus de Itabaiana. Fatores culturais e estruturais podem influenciar essa dinâmica, incluindo a pressão para que os homens assumam papéis tradicionais de provedores, o que muitas vezes os leva a priorizar o trabalho em detrimento da educação. Enquanto isso, políticas públicas voltadas para a inclusão feminina podem ter ampliado as oportunidades para as mulheres no ensino superior.

Além disso, a persistência de barreiras estruturais e culturais reforça a necessidade de ampliar o debate sobre a equidade de gênero no ensino superior. Incentivar a participação feminina em cursos tradicionalmente masculinos e vice-versa é essencial para criar um ambiente acadêmico mais diverso e representativo. Ações institucionais, como programas de mentoria, eventos científicos voltados para estudantes de diferentes gêneros e a valorização de modelos femininos em áreas sub-representadas, podem contribuir para ampliar o interesse e a

permanência de mulheres em cursos das Ciências Exatas e de homens em áreas como Educação e Saúde.

Os resultados desta pesquisa têm implicações importantes para as políticas educacionais, tanto em nível institucional quanto nacional. A promoção da igualdade de gênero no ensino superior exige uma abordagem integrada, incluindo políticas de inclusão e permanência, como assistência financeira, bolsas de estudo, apoio psicológico e mentorias. Além disso, é essencial combater estereótipos de gênero que influenciam as escolhas profissionais, promovendo campanhas de conscientização e ações que incentivem a participação feminina em áreas como Ciências Exatas e a masculina em cursos tradicionalmente ocupados por mulheres.

Assim, esta pesquisa contribui para o debate sobre desenvolvimento sustentável, especialmente no que se refere ao ODS 4 e ODS 5. A igualdade de gênero na educação superior não beneficia apenas as mulheres, mas também fortalece o desenvolvimento social e econômico das regiões atendidas. Para alcançar esses objetivos, é fundamental monitorar e avaliar continuamente as políticas públicas e institucionais, utilizando dados atualizados para ajustes e melhorias.

Embora esta pesquisa tenha fornecido dados relevantes sobre a representatividade feminina nos cursos de licenciatura da UFS, algumas limitações devem ser destacadas. A análise se restringiu aos cursos de Ciências Naturais nos campi de São Cristóvão e Itabaiana, limitando a generalização dos resultados para outras áreas e instituições. Além disso, o foco em dados quantitativos impediu uma compreensão mais aprofundada das experiências subjetivas das estudantes. Para superar essas limitações, estudos futuros devem ampliar o escopo da análise, considerando outras áreas do conhecimento e metodologias qualitativas que permitam explorar as percepções e experiências das estudantes em cursos tradicionalmente masculinos e vice-versa. Também é relevante investigar o impacto de políticas específicas de inclusão e permanência na trajetória acadêmica de ambos os sexos.

Em síntese, este estudo evidenciou avanços significativos na representatividade feminina no ensino superior, mas também revelou desafios a serem superados para alcançar a plena equidade de gênero. A UFS, como instituição pública, desempenha um papel essencial nesse processo, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A educação é um direito fundamental e um instrumento poderoso para a transformação social, sendo essencial para a construção de um futuro mais sustentável e inclusivo para todos.

Por fim, as políticas públicas de educação superior devem estar alinhadas aos ODS 4 e 5, promovendo educação de qualidade e igualdade de gênero. Para isso, é necessário fortalecer

a assistência estudantil, com bolsas de estudo, auxílio transporte e moradia, garantindo a permanência e conclusão dos cursos. Investimentos em infraestrutura e recursos, como laboratórios e bibliotecas, também são fundamentais. A interiorização das universidades pode ainda impulsionar a pesquisa e a extensão em regiões antes desassistidas, promovendo o desenvolvimento regional e a formação de profissionais qualificados. Monitorar e avaliar continuamente essas políticas, com base em dados e evidências, garantirá sua eficácia e adaptabilidade às diferentes realidades dos estudantes e das regiões atendidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Renato Santos; VIANNA, Deise Miranda. A história da legislação dos cursos de Licenciatura em Física no Brasil: do colonial presencial ao digital a distância. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 32, p. 4403-1-4403-11, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1806-11172010000400010>. Acesso em: 20 maio 2024.
- BARRETO, Andreia. A mulher no ensino superior: distribuição e representatividade. **Cadernos do GEA**, v. 6, p. 5-46, 2014. Disponível em: https://flacso.org.br/files/2016/04/caderno_gea_n6_digitalfinal.pdf. Acesso em: 21 mar. 2023.
- BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, p. 125-156, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742009000100007>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- BIZERRIL, Marcelo Ximenes Aguiar. O processo de expansão e interiorização das universidades federais brasileiras e seus desdobramentos. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 13, n. 32, p. 1–15, 6 jul. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/13456/10707>. Acesso em: 25 dez. 2024.
- BIZERRIL, Marcelo. A interiorização das universidades federais foi um acerto estratégico. **Brasil de Fato**, São Paulo, v. 24, 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/23/artigo-or-a-interiorizacao-das-universidades-federais-foi-um-acerto-estrategico/>. Acesso em: 15 mar. 2024.
- BRASIL. Governo federal anuncia 100 novos campi de Institutos Federais. **Ministério da Educação**, 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202403/governo-federal-anuncia-100-novos-campi-de-institutos-federais-1#:~:text=Atualmente%2C%20s%C3%A3o%20682%20unidades%20e,sendo%20702%20campi%20de%20IFs>. Acesso em: 30 out. 2024.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei n.º 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Seção 1, p. 1. Acesso em: 30 out. 2024.
- BRASIL. **Lei n.º 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jul. 2001. Seção 1, p. 1. Acesso em: 30 out. 2024.
- BRASIL. **Lei n.º 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - ProUni. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jan. 2005. Seção 1, p. 1. Acesso em: 30 out. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia, e dá outras exceções. Disponível

em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. **Ministério da Educação (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.** Censo da educação superior 2021. Brasília, DF, 2022. Disponível

em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/centso_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf. Acesso em: 23 mar. 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação (MEC).** Cresce a presença feminina em todos os níveis do ensino. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/202-264937351/2000-sp-1024881323>. Acesso em: 21 mar. 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação (MEC).** Plano Nacional de Educação 2014 – 2024: Linha de Base. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 21 mar. 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação.** Ensino superior: mundo, Brasil, tendências e cenários, 2003-2025. Brasília, DF: MEC, SESu, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ensinosuperiormundobrasiltendenciascenarios2003-2025.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.

BRASIL. **Secretaria de Educação Superior (SESu).** A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2014-pdf/16762-balanco-social-sesu-2003-2014>. Acesso em: 10 maio 2023.

BRITO, Leonardo Chagas de. A importância dos estudos sobre interiorização da universidade e reestruturação territorial. **Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica**, São Gonçalo, RJ, v. 4, n. 4, p. 1-15, nov. 2014. Disponível em: <http://espacoeconomia.revues.org/802>. Acesso em: 25 dez. 2024.

CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 2008. p. 295-316. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1932953/mod_resource/content/1/CELLARD%20C%20Andr%C3%A9_An%C3%A1lise%20documental.pdf. Acesso em: 03 jun. 2023.

COSTA, Suely Gomes. Onda, rizoma e sororidade como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos. (Paris, Rio de Janeiro: anos 70/80 do século XX). **Revista IINTERThesis**, Florianópolis, v. 6, n. 2, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2009v6n2p>. Acesso em: 30 jul. 2024.

GATTI, Bernardete A. Duas décadas do século XXI: e a formação de professores?. **Revista Internacional de Formação de Professores**, p. e022009-e022009, 2022. Disponível em: <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rifp/article/download/763/367/2856>. Acesso em: 18 jun. 2023.

GOMES, Alfredo Macedo; MORAES, Karine Nunes de. Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa. **Revista Educação & Sociedade**, v.

33, p. 171-190, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000100011>. Acesso em: 28 fev. 2023.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **MEC - Ministério da Educação**. Resumo técnico do censo da educação superior 2020. Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2020.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Superior 2000. Brasília, DF, 2000. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/censo/2000/Superior/sinopse_superior-2000.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Superior 2010. Brasília, DF, 2010. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2010/resumo_tecnico_censo_e_educacao_superior_2010.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **MEC - Ministério da Educação**. Censo da educação superior 2021. Diretoria de Estatísticas Educacionais, Brasília, 04 de novembro de 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **MEC - Ministério da Educação**. Censo da educação superior 2022. Diretoria de Estatísticas Educacionais, Brasília, 10 de outubro de 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **MEC - Ministério da Educação**. Censo da educação superior 2010. Resumo técnico. Brasília, DF, 2012. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2010/resumo_tecnico_censo_e_educacao_superior_2010.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2023/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2023.pdf. Acesso em: 11 nov. 2024.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Igualdade de Gênero. Brasília, DF, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/ods/ods5.html#coll_5_1. Acesso em: 13 mar. 2023.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Políticas Educacionais no Brasil: Avaliação e Perspectivas. Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=45746&Itemid=16. Acesso em: 10 fev. 2024.

JESUS, Marília Alana Costa de; ARAUJO, Renato Santos. Estatísticas de formação de professores de física no Brasil no século XXI. **Revista de Enseñanza de la Física**, v. 33, n. 2, p. 153-159, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.55767/2451.6007.v33.n2.35197>. Acesso em: 12 maio 2023.

MEC - Ministério da Educação. A democratização e expansão da educação superior no país. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192. Acesso em: 10 jun. 2024.

MENDES, Raiana Siqueira; VAZ, BJ de O.; CARVALHO, Amasa Ferreira. O movimento feminista e a luta pelo empoderamento da mulher. **Revista Gênero & Direito**, v. 4, n. 3, p. 88-99, 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/117766900/14464.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

MOURA, Nayara Aparecida. A Primeira Onda feminista no Brasil: uma análise a partir do jornal “A Família” do século XIX (1888-1894). **Praça: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**, v. 2, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/praca/article/download/241600/32722>. Acesso em: 20 mar. 2023.

NASCIMENTO, Francivaldo dos Santos. Expansão e interiorização das Universidades Federais: uma Análise do Processo de Implementação do Campus do Litoral Norte da Universidade Federal da Paraíba. 2013. 148 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/3832?locale=pt_BR. Acesso em: 25 dez. 2024.

NOGUEIRA, Conceição. Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. **RepositóriUM**, 2001. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4117>. Acesso em: 20 mar. 2023.

OLIVEIRA JUNIOR, Vanyldo Bernardino de. Política de interiorização do ensino superior: o caso da Universidade Federal de Sergipe. 2016. 137 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). **Repositório Institucional**, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/12336>. Acesso em: 03 maio 2023.

OLIVEIRA, Hosana Larissa Guimarães; LEIRO, Augusto César Rios. Políticas de formação de professores no Brasil: referenciais legais em foco. **Revista Pro-posições**, v. 30, p. e20170086, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/R3qWFzj9Kjcztnng7YgJtwxc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2023.

ONU BRASIL. NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. A Agenda 2030. **Nações unidas Brasil**, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

PAULO, Maria de Assunção Lima de. A interiorização das universidades federais e o acesso de jovens rurais ao ensino superior: o caso da UAST/UFRPE. **Raízes: Revista de**

Ciências Sociais e Econômicas, v. 38, n. 1, p. 162-177, 2018. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/45>. Acesso em: 02 dez. 2024.

PENHA, D. A. INTERSECCIONALIDADE GÊNERO, RAÇA E ETNIA E A LEI MARIA. **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 26, p. 14-24, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/WHdNl9qYV6K3NnW5zMSj5Hg/?format=pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

PÉREZ, Juan. Las Escuelas Normales en el Brasil e sua influência na formação de maestros. **Revista Cuadernos de Educación**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 21-38, 2016. Disponível em: https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/download/3120/2609/8251?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 15 jan. 2024.

RIBEIRO, Diana; NOGUEIRA, Conceição; MAGALHÃES, Sara Isabel. As ondas feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro. **Revista de ciências humanas e sociais**, 2021. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/136148/2/496080.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SAMPAIO, Helena. Evolução do Ensino Superior Brasileiro: 1808–1990. **Documento de Trabalho NUPES**, 8/91. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, [online]. 1991. Disponível em: <https://sites.usp.br/nupps/wp-content/uploads/sites/762/2020/12/dt9108.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2024.

SAMPAIO, Helena. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. **Revista Ensino Superior Unicamp**, Campinas, n. 4, p. 28-43, out. 2011. Disponível em: https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed04_outubro2011/05_ARTIGO_PRINCIPAL.pdf. Acesso em: 27 jun. 2024.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, Rio Grande do Norte, v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 03 jun. 2023.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista brasileira de educação**, v. 14, p. 143-155, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000100012>. Acesso em: 10 jul. 2023.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Revista estudos feministas**, v. 13, n. 01, p. 11-30, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000100002>. Acesso em: 10 maio 2023.

SERAPIONI, Mauro. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, p. 187-192, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000100016>. Acesso em: 03 jun. 2023.

SILVA, Rita de Cássia Silva da; SILVA, Maria das Dores do Nascimento. A pedagogia de São João Batista de La Salle: fundação das escolas de ensino básico e a formação do

mestre. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], v. 20, n. 61, p. 741-757, 2015.

Disponível

em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/q5V53YrgssfLpwTWtRL6K5P/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 15 jan. 2024.

SOIHET, Rachel. Feminismos e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. **CNPq**, 2013.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009: As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social. Unesco:

ED.2009/CONF.402/2, 2009. Disponível

em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&Itemid=30192. Acesso em: 21 mar. 2023.

UNESCO. World Statistical Outlook on Higher Education: 1980-1995. Paris, 1998.

Disponível

em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000113601#:~:text=From%201980%20to%201995%2C%20world,1%20percent%20increase%20since%201980>. Acesso em: 21 mar. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Anuário Estatístico da UFS. **Portal UFS**.

São Cristóvão. Disponível em: <https://indicadores.ufs.br/pagina/20145-anuario-estatistico-da-ufs>. Acesso em: 19 jul. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Perfil do Ingressante 2022. **Portal UFS**.

São Cristóvão, 2022. Disponível

em: https://indicadores.ufs.br/uploads/page_attach/path/20093/Perfil_do_ingressante_2022.pdf. Acesso em: 16 jul. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. UFS em números. **Portal UFS**. São

Cristóvão. Disponível em: <https://indicadores.ufs.br/pagina/20165-ufs-em-numeros>. Acesso em: 23 fev. 2023.

ZIRBEL, Ilze. Ondas do feminismo. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia**, v. 7, n. 2, p. 10-31, 2021. Disponível

em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/2021/03/17/ondas-do-feminismo/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

APÊNDICE A – TOTAL INGRESSOS

ANO	Ciências Biológicas				Física				Química			
	Feminino São Cristóvão	Masculino São Cristóvão	Feminino Itabaiana	Masculino Itabaiana	Feminino São Cristóvão	Masculino São Cristóvão	Feminino Itabaiana	Masculino Itabaiana	Feminino São Cristóvão	Masculino São Cristóvão	Feminino Itabaiana	Masculino Itabaiana
2006	27	23	43	7	19	81	9	41	21	39	25	25
2007	52	49	40	10	11	89	20	30	35	25	36	14
2008	48	22	37	13	25	75	27	23	37	23	32	18
2009	50	22	36	14	12	79	19	31	28	36	31	19
2010	45	25	37	13	21	79	13	37	31	30	30	20
2011	48	22	40	10	24	77	24	26	35	27	35	15
2012	52	28	39	11	27	70	14	21	---	---	27	16
2013	52	28	32	18	23	78	14	30	27	34	34	15
2014	48	30	25	18	15	67	14	20	---	---	21	14
2015	37	43	38	12	26	69	15	24	---	---	18	16
2016	30	35	32	13	13	71	19	30	---	---	35	15
2017	44	35	32	17	16	78	20	28	31	28	20	19
2018	50	30	34	15	21	78	22	27	29	30	27	19
2019	43	37	27	23	22	78	16	32	28	32	34	14
2020	52	25	31	18	20	75	19	31	33	27	28	16
2021	52	27	22	14	9	40	15	23	30	25	21	14
2022	51	27	28	13	24	26	10	18	31	30	16	10

APÊNDICE B – TOTAL MATRÍCULAS

ANO	Ciências Biológicas				Física				Química			
	Feminino São Cristóvão	Masculino São Cristóvão	Feminino Itabaiana	Masculino Itabaiana	Feminino São Cristóvão	Masculino São Cristóvão	Feminino Itabaiana	Masculino Itabaiana	Feminino São Cristóvão	Masculino São Cristóvão	Feminino Itabaiana	Masculino Itabaiana
2006	285	241	42	8	84	557	8	42	271	359	26	24
2007	302	252	98	25	80	604	34	100	258	338	72	55
2008	353	256	190	50	122	670	82	151	283	322	137	90
2009	291	251	263	72	132	687	119	204	273	316	209	116
2010	414	254	320	90	323	708	138	256	336	434	258	141
2011	472	267	325	96	183	765	155	275	365	337	277	141
2012	504	252	311	87	228	721	155	264	172	144	263	132
2013	511	244	310	102	223	578	128	215	323	303	254	128
2014	492	233	304	111	226	574	122	194	---	---	234	119
2015	460	258	303	106	229	563	112	192	---	---	211	110
2016	422	274	268	105	188	491	92	170	---	---	188	101
2017	401	287	244	109	163	476	99	168	243	221	191	108
2018	387	297	237	97	151	451	112	160	234	226	155	94
2019	381	315	245	98	144	487	124	159	250	240	161	83
2020	388	307	198	102	129	447	111	154	245	218	163	83
2021	223	159	91	55	58	288	54	77	30	25	75	36
2022	210	136	84	54	71	208	43	71	139	123	69	32

APÊNDICE C – TOTAL EVADIDOS

ANO	Ciências Biológicas				Física				Química			
	Feminino São Cristóvão	Masculino São Cristóvão	Feminino Itabaiana	Masculino Itabaiana	Feminino São Cristóvão	Masculino São Cristóvão	Feminino Itabaiana	Masculino Itabaiana	Feminino São Cristóvão	Masculino São Cristóvão	Feminino Itabaiana	Masculino Itabaiana
2006	1	5	0	0	0	27	0	0	20	20	0	0
2007	8	10	20	2	6	48	4	10	14	24	10	7
2008	6	10	6	4	9	49	4	18	8	17	5	4
2009	17	13	12	3	6	46	8	9	12	19	7	6
2010	15	12	11	4	8	49	12	18	22	27	11	3
2011	18	16	20	6	5	75	15	21	16	21	17	5
2012	21	14	11	8	12	66	19	26	18	14	26	8
2013	36	17	17	6	29	157	20	38	41	32	25	9
2014	27	20	17	10	38	102	22	33	---	---	22	17
2015	30	25	8	10	36	81	15	26	---	---	21	16
2016	23	13	21	9	24	87	18	29	---	---	21	11
2017	32	26	19	9	26	28	15	32	20	37	15	15
2018	40	18	9	12	2	1	10	26	36	16	21	18
2019	37	16	11	12	2	4	15	26	21	27	26	20
2020	31	21	18	9	23	91	18	32	30	34	26	10
2021	8	5	5	1	6	22	11	11	9	5	6	5
2022	16	17	3	3	10	37	6	6	12	14	3	2

APÊNDICE C – TOTAL FORMADOS

ANO	Ciências Biológicas				Física				Química			
	Feminino São Cristóvão	Masculino São Cristóvão	Feminino Itabaiana	Masculino Itabaiana	Feminino São Cristóvão	Masculino São Cristóvão	Feminino Itabaiana	Masculino Itabaiana	Feminino São Cristóvão	Masculino São Cristóvão	Feminino Itabaiana	Masculino Itabaiana
2006	26	14	---	---	10	25	---	---	25	19	---	---
2007	15	13	---	---	2	12	---	---	18	7	---	---
2008	19	14	---	---	6	16	---	---	20	21	---	---
2009	32	13	---	---	6	20	---	---	13	17	---	---
2010	22	10	15	4	9	27	1	3	12	17	10	10
2011	25	15	32	8	7	22	3	7	15	13	17	13
2012	12	6	32	6	7	28	11	10	10	7	12	10
2013	34	22	24	10	10	29	4	8	7	9	20	11
2014	26	10	23	7	3	7	1	2	---	---	16	3
2015	18	8	27	4	4	9	8	6	---	---	21	7
2016	25	8	35	6	13	14	2	4	---	---	9	4
2017	31	9	29	12	7	17	5	6	2	5	18	4
2018	27	19	19	7	2	7	1	6	7	12	6	3
2019	19	15	30	6	10	8	3	1	12	8	7	3
2020	11	9	22	6	3	10	2	1	2	1	11	4
2021	15	9	7	3	3	11	1	2	3	0	3	2
2022	9	7	4	2	2	7	1	0	4	2	1	3